



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MICHELLE DA SILVA SOUSA

**UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS E LIMITES DO REUNI NA PARTICULARIDADE
DO SERTÃO PARAIBANO**

SOUSA/PB

2018

Michelle Da Silva Sousa

**UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS E LIMITES DO REUNI NA PARTICULARIDADE
DO SERTÃO PARAIBANO**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à
Coordenação do curso de bacharelado em
Serviço Social da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial para
a obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof.^a Me Suamy Rafaely Soares

SOUSA/PB

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA SEÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

S725u Sousa, Michelle da Silva
 Uma análise dos avanços e limites do Reuni na particularidade do
 Sertão Paraibano/ Michelle da Silva Sousa - Sousa: [s.n], 2018.

 64 f.: il, col.

 Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências
 Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2018.

 Orientadora: Profª. Me. Suamy Rafaely Soares.

 1. Educação Superior 2. Política educacional 3. Democratizar o ensino
 superior I. Título

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 378:37.014

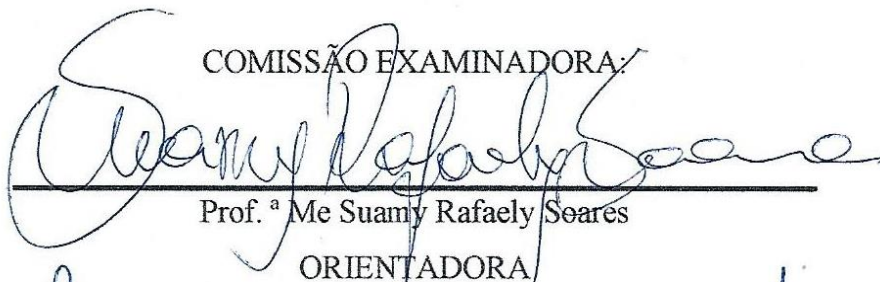
MICHELLE DA SILVA SOUSA

**UMA ANÁLISE DOS AVANÇOS E LIMITES DO REUNI NA PARTICULARIDADE
DO SERTÃO PARAIBANO.**

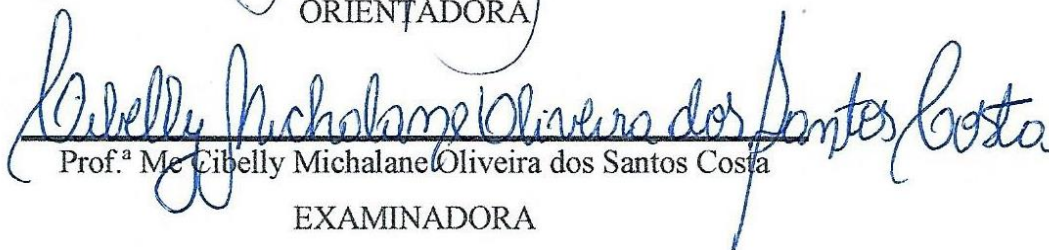
Este trabalho de conclusão de curso é requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, PB.

Aprovada em: 13/12/2018

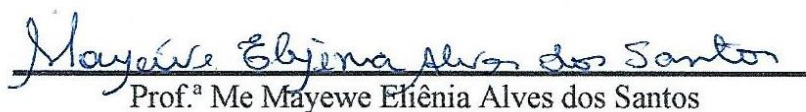
COMISSÃO EXAMINADORA:


Prof.^a Me Suamy Rafaely Soares

ORIENTADORA


Prof.^a Me Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa

EXAMINADORA


Prof.^a Me Mayewe Eliênia Alves dos Santos

EXAMINADORA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, meu guia, meu apoio e socorro em momentos difíceis, aos meus avós Maria Lúcia B. da Silva e José Camilo da Silva pelo amor incondicional e apoio nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao término dessa caminhada e o recomeço da luta, com o coração cheio de gratidão, gostaria de agradecer imensamente: ao meu Deus, primeiramente, pela oportunidade de estar aqui e direcionar a minha jornada me iluminando com todas as bênçãos e força concedida a mim.

Aos meus avós, Maria Lúcia Barbosa da Silva e José Camilo da Silva, por todo amor, carinho, e esforços dedicados a mim em toda minha vida. Agradeço, sobretudo, por estarem ao meu lado na finalização de todos os meus sonhos e na conclusão dessa etapa da minha vida.

A minha mãe, Josélia Maria Barbosa Da Silva, apesar de estar distante, se faz sempre presente me guiando e torcendo pelo meu sucesso, juntamente com meus irmãos, Vithória e Vithor.

À minha família, pelo constante apoio, carinho e incentivos de força que foram de extrema importância na conclusão dessa etapa.

Aos meus amigos (as) cujo vínculo ocorreu através da universidade, mas será para a vida toda a Edjane Mariz, Kaliane de Sousa, Luan Limeira, Mateus Benevides, Suzana Pires e Vanuza Ferreira, vocês se tornaram especiais em minha vida e na construção e conclusão dessa jornada, pelos momentos de carinho, alegrias e pela compreensão nos momentos difíceis e, sobretudo pela amizade apoio e confiança.

Guardarei todos vocês em meu coração!

A João Paulo agradeço a presença não só nessa trajetória, mas em minha vida pelo companheirismo, amor, carinho, e por todas as vezes que em meio ao desespero me ajudou a limpar as lágrimas e levantar a cabeça, minha eterna gratidão.

Agradeço ao meu amigo Gillianno Fontes que se fez presente nesse momento com as suas grandes contribuições e “orientações” a qualquer hora do dia e que não mediu esforços para me ajudar nesse processo diante dos momentos de desespero, alegria e tristeza estando ao meu lado e torcendo pelo meu sucesso. Anseio em poder retribuir um dia todo carinho e atenção, obrigado!

As amigas Millana Nóbrega e Anielle Cavalcante pela amizade e por me receberem constantemente nos seus apartamentos para estudos, eventos, escutar meus “dramas” e farra vale salientar, minha gratidão!

A todos os meus amigos e colegas de sala, pelo aprendizado e experiência partilhada

durante esses anos.

Ao corpo docente do curso de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) pelas imensas contribuições não só em minha formação acadêmica e profissional, mas também em ser um melhor ser humano diante de tantas adversidades no mundo.

A minha orientadora Suamy, pelo aprendizado, paciência e pela sua excelente orientação, tornando possível a concretização da minha formação acadêmica.

Ao meu supervisor de estágio Sebastião Marques pelos ensinamentos, paciência e pelas imensas contribuições acadêmicas e profissionais ao meu saber.

Aos membros da banca pela atenção e pelas contribuições para a melhoria deste trabalho.

Enfim, a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho e que desejam um dia alcançar seus objetivos com muito esforço, dedicação e, acima de tudo, com muito sucesso.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar os limites e avanços do plano de reestruturação e expansão das Universidades Federais-REUNI, na particularidade da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Pombal no sertão paraibano, na percepção dos docentes, gestores (atuais e anteriores) e dos técnicos administrativos do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar-CCTA. Para tanto, contempla três objetivos específicos quais sejam : reflexionar a influência dos organismos internacionais para elaboração e efetivação do Reuni; analisar o processo de interiorização das universidades públicas na particularidade do sertão paraibano; e analisar como o Reuni impacta no tripé de ensino, pesquisa e extensão na realidade do CCTA/Pombal. O estudo empreendido nessa investigação, inicialmente, aborda a implementação das políticas expansionistas universitária pelo o estado a partir dos anos de 1960, quando a política de educação, em particular a educação superior apresentou-se como um mecanismo central à diminuição da pobreza nos países periféricos, repercutindo nas reformas curriculares atreladas as orientações dos organismos internacionais, no qual esse movimento ganhou destaque no século XXI com a chamada democratização do acesso ao ensino superior pelo PROUNI, FIES e o REUNI, o qual é o objeto deste trabalho. Nesse sentido, o tema surgiu a partir das reflexões empreendidas e vivenciadas no campo de estágio do Serviço Social na área de assistência estudantil, na realidade do *campus* do CCTA. A pesquisa foi de cunho essencialmente qualitativo e a coleta de dados efetuou-se mediante uma entrevista semiestruturada, na qual, os sujeitos corresponderam a oito prestadores de serviços da instituição de ensino superior. A amostragem deste estudo é de caráter não probabilístico, do tipo intencional, aplicada aos sujeitos participantes. A análise dos dados foi executada por meio da técnica de análise de conteúdo das falas. O método de análise desenvolvido no estudo foi orientado pela teoria social crítica de Marx, entendendo que o método dialético possibilita compreender e analisar a realidade em sua totalidade e dinâmica, na sua singularidade, particularidade e universalidade e não fora dessa realidade contraditória. Os resultados da pesquisa evidenciam o visível atrelamento das decisões estatais às necessidades do mercado mundial e nacional, no entanto, é indubitavelmente que esse período possibilitou o acesso da classe trabalhadora a educação superior em regiões “esquecidas” do país. Dessa forma, faz-se necessário analisar e repensar as formas de expansão e interiorização que se iniciou a partir do ano de 2007, contribuindo com mais estudos acerca desse processo no Brasil, haja vista, os reduzidos debates em torno do REUNI diante das interfaces a qual esse programa se apresentou permeado por contradições e possibilidades a educação superior popular.

Palavras Chave: Estado; Organismos Internacionais; Educação Superior; Expansão; REUNI.

ABSTRACT

This Course Completion Work has as objective to analyze the limits and advances of the Plan of Restructuring and Expansion of the Federal Universities – REUNI, in the particularity of the Federal University of Campina Grande in the city of Pombal, in the backlands of Paraíba, in the perception of teachers, managers (current and former) and administrative technicians of the Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar-CCTA. In order to do so, it contemplates three specific objectives: to reflect the influence of the international organisms for elaboration and effectiveness of the Meeting; to analyze the process of interiorization of public universities in the particularity of the backlands of Paraíba; and analyze how Reuni impacts on the tripod of teaching, research and extension in reality of the CCTA / Pombal. The study undertaken in this research initially addresses the implementation of university expansionist policies by the state from the 1960s when education policy, in particular higher education has presented as a central mechanism the reduction of poverty in peripheral countries, repercussions on curricular reforms linked to the guidelines of international organizations, in which this movement gained prominence in the XXI century with the so-called democratization of access to higher education by PROUNI, FIES and REUNI, which is the object of this work. In this sense, the theme arose from the reflections undertaken and experienced in the field of Social Service training in the area of student assistance, in reality the CCTA campus. The research was essentially qualitative in nature and the collection of data was done through a semi-structured interview, in which the research subjects corresponded to eight service providers of the higher education institution. Sampling of this study is of a non-probabilistic, character of the intentional type, applied to the subjects involved. The analysis of the data was performed using the technique of content analysis of speech. The method of analysis developed in the study was guided by Marx's critical social theory, understanding that the dialectical method makes it possible to understand and analyze reality in its totality and dynamics, in its singularity, particularity and universality, and not outside this contradictory reality. The results of the research show the visible linkage of state decisions to the needs of the world and national market, however, this period has undoubtedly made it possible for the working class to have access to higher education in "forgotten" regions of the country. Thus, it is necessary to analyze and rethink the forms of expansion and internalization that began from the years of 2007, contributing with more studies about this process in Brazil, in view of the reduced debates about the REUNI in front of the interfaces to which this program was permeated by contradictions and possibilities of popular higher education.

Keywords: State; International Organizations; Higher Education; Expansion; REUNI.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Evolução do Número de Instituições por Natureza – Brasil – 1980-1998	32
Figura 2 - Arquitetura curricular da Universidade Nova	35
Figura 3 - Brasil: Localização dos campi das Universidades Federais em 2002	36
Figura 4 - Brasil: Localização dos campi das Universidades Federais em 2010	37

LISTA DE SIGLAS

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CCTA – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

EAD – Ensino a distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

FORGRAD – Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFS – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

MDM – Metas de Desenvolvimento do Milênio

ONGs – Organização Não Governamental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDE – Plano de desenvolvimento da Educação

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNG – Plano Nacional de Graduação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA – Plano Plurianual

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

GTRU – Relatório de Grupo de Trabalho

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS	16
2.1. Trajetória histórica da educação superior no Brasil	16
2.2. As diretrizes internacionais e as demandas para o ensino superior	21
2.2.1. Análise da influência dos organismos internacionais na formação acadêmica	27
3. DEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	31
3.1. Expansão da educação superior no Brasil	31
3.2. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) : algumas considerações	34
4. O REUNI E O CCTA NAS PARTICULARIDADES DO SERTÃO PARAIBANO	43
4.1. Procedimentos metodológicos	43
4.2. Análise dos avanços e limites do REUNI na particularidade da UFCG campus Pombal	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A – ENTREVISTA DOS DOCENTES	
APÊNDICE B – ENTREVISTA DA DIREÇÃO	
APÊNDICE C – ENTREVISTA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
ANEXOS A – LISTA DOS DOCUMENTOS	
ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE	
ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA	

1. INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira é atravessada por dois elementos preponderantes: a formação social brasileira e a atuação dos organismos internacionais, sendo essa uma relação de dependência entre o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e os países periféricos. Nessa égide, a educação superior desde os seus primórdios, passando pela vinda da família real ao Brasil até o século atual, vem atendendo as recomendações impostas pelos países desenvolvidos, o que também pode ser visualizado em outras esferas da sociedade, tais como, a economia, a política e a cultura.

Essa relação se intensificou no século XX com as crises econômicas vivenciadas pelo capital, ocasionando uma série de impactos em todas as políticas sociais, com destaque a política educacional a qual se tornou alvo de intensas “reformas” estatais. De acordo com Netto (2011), ao ser tensionado pelo capital, o Estado se torna “comitê executivo da burguesia”, atuando em favor de seus interesses, entretanto, o estado também é chamado a responder as demandas da sociedade civil, desse tensionamento, no âmbito da educação superior houve um processo de transformação da educação em uma mercadoria altamente lucrativa.

Nesse sentido, a interiorização e expansão das universidades, bem como a privatização de setores do ensino superior estão presentes em todas as recomendações dos organismos internacionais e se intensifica no contexto neoliberal expresso no Brasil inicialmente: nos Governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994); Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002); Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011).

Seguindo essas recomendações impostas pelos organismos internacionais, foi implantando nos governos Lula o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais–REUNI, a partir do decreto de nº 6.096 do ano de 2007, a favor do Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (MEC), tendo como principal objetivo *democratizar* o ensino público por meio da ampliação do acesso e da garantia a permanência dos estudantes no ensino superior, como também, elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%, reduzindo as taxas de evasão.

É importante destacar os vários avanços possibilitados pelo programa no processo de interiorização e expansão das universidades federais, especialmente na garantia do acesso à

classe trabalhadora à educação superior, também esse processo é permeado por intensas contradições à efetivação de uma política educacional voltada para a transformação social.

Nessa perspectiva, abordamos neste trabalho de conclusão de curso as contradições na qual a política de educação desdobra-se por intensas relações de conflitos de interesses, visto que, ao mesmo tempo em que é resultado da luta dos movimentos sociais por uma educação para todos, também atua em função da lógica de expansão do capital, apresentando-se em um movimento dialético.

Nosso interesse pela temática é fruto das experiências possibilitadas pelo estágio supervisionado I e II na área de assistência estudantil na realidade do Centro de Ciências e Tecnologia Alimentar-CCTA na cidade de Pombal-PB, o qual permitiu refletir os impactos da expansão e interiorização das universidades federais no sertão paraibano, tendo em vista que essa proporcionou um acesso maior à classe trabalhadora, pelo REUNI em uma intrínseca relação entre acesso e permanência, bem como as demais interfaces desse programa no tocante ao ensino, pesquisa e extensão da formação acadêmica dos estudantes.

Além disso, pretende-se analisar em meio às lacunas existentes na produção acadêmica os impactos da expansão e interiorização das universidades, e acerca de como a educação no ensino superior vem sendo moldada trazendo repercussões para formação acadêmica em um ensino aligeirado, muitas vezes acrítico, e sem nenhuma perspectiva de transformação da realidade.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo central analisar os limites e avanços do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais–REUNI na educação superior a partir da experiência do campus UFCG-Pombal.

Desse modo, este TCC estrutura-se em três capítulos: no primeiro capítulo, intitulado A política de educação brasileira e os organismos internacionais realizou-se um breve histórico a respeito da constituição da trajetória da educação superior no Brasil, analisando a intrínseca relação dessa às orientações dos organismos internacionais no início dos anos de 1960 e com ênfase a partir do final do século XX e início do século XXI, atuando por meio de intensas reformas institucionais e curriculares para a manutenção da ordem vigente.

No segundo capítulo, denominado Democratização e expansão do ensino superior no Brasil, abordamos o processo chamado democratização do acesso ao ensino superior, iniciadas pelas políticas expansionistas universitárias, a qual inicialmente está vinculada principalmente ao âmbito privado, e nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva apesar dessa continuidade com o Ensino a distância (Ead), Programa Universidade para todos (PROUNI) e

Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), se ampliou ao setor público com o Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI na potencialização do acesso aos seguimentos empobrecidos.

No terceiro capítulo, apresentaram-se discussões ao processo de expansão e interiorização pelo REUNI na particularidade do sertão paraibano no campus do CCTA, na exposição dos dados coletados na pesquisa realizada com os docentes, gestores (atuais e anteriores) e técnicos administrativos da instituição, a partir de uma entrevista semiestruturada. Utilizamos a técnica de análise das falas; sendo a pesquisa de caráter qualitativo. Desse modo, a análise desse estudo é orientada pelo materialismo histórico-dialético, o qual é essencial para se compreender os fios invisíveis inerentes à estrutura do modo de produção capitalista que permeia a sociedade e possibilita o estudo do objeto para além do aparente buscando a essência.

Enfim, tecemos considerações diante das discussões empreendidas compreendendo as contradições dos limites e avanços do REUNI em seu período de vigência, para o desenvolvimento da educação superior em uma articulação do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão, para uma formação acadêmica de qualidade e comprometida com a educação transformadora.

2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

2.1. Trajetória histórica da educação superior no Brasil

A educação superior surgiu tardiamente no Brasil em relação ao cenário mundial, apesar das inúmeras tentativas, apenas no século XIX se tem a criação das primeiras universidades. Isso porque a formação social do Brasil estava ancorada em uma economia agrária para exportação sob a égide do trabalho escravo. Nesse sentido, as classes abastadas enviavam seus filhos à Europa para escolarização e estes voltavam bacharéis em Direito ou Medicina, sendo denominados de *doutores*¹.

Até então se tinha escolas politécnicas norteadas pelo modelo de ensino tradicional profissionalizante com o objetivo de atender os interesses da elite brasileira na formação acadêmica de profissionais de prestígio nas áreas de Medicina e Direito. Observa-se que essa educação era restrita e limitada, sem conexões em relação à pesquisa, ao ensino e à extensão e apenas destinada para uma parcela da população, ou seja, um ensino elitista e restrito.

Em meados dos anos de 1920, tem-se a criação da primeira universidade, pelo decreto de nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro essa ainda de caráter elitista e conservando o recorte de classe dado a educação. Com a intensa industrialização e os avanços econômicos, sociais e políticos possibilitados pela era Vargas nos anos 1930, a educação foi posta em um novo cenário, diante da exigência de uma maior força de trabalho qualificada para se inserir nos novos espaços de trabalhos que surgiam. Segundo Vasconcelos (2010), a partir desse momento são direcionados novos rumos às universidades por meio de reformas ao modelo de ensino tradicional, organizando um novo modelo de educação com início por meio da reforma de Francisco Campos, relacionando o tripé formativo de ensino-pesquisa-extensão universitário e possibilitando uma maior autonomia as universidades.

Na década de 1950 a 1970 a educação superior atravessou períodos de avanços e retrocessos e expansão, demarcados por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4024 em 1961, em um contexto de autocracia militar. Em virtude desse contexto, houve um intenso ingresso de jovens dos centros urbanos nas faculdades, esses que eram das classes trabalhadoras em busca de formação acadêmica para o ingresso no mercado de trabalho. No entanto, a falta de planejamento para a grande demanda

¹ No Brasil o termo 'doutor', além de designar o médico, é título de prestígio, dado também aos filhos da elite para se atribuir privilégios e autoridade (Reichmann e Avila Vasconcelos, 2009).

de alunos ocasionou sérios problemas em relação à educação, que segundo Vasconcelos (2010) esse aumento expressivo, sem adequado planejamento, resultou em uma insuficiência de fiscalização por parte do poder público, uma queda da qualidade de ensino e a imagem "mercantilista" e negativa da iniciativa privada.

De acordo com Sousa apud Imperatori (2017), diante dessa situação, começou um conjunto de reivindicações e lutas, juntamente com os movimentos estudantis, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos financeiros.

Nota-se que esses avanços foram também atravessados por intensos retrocessos que envolvem também a política de assistência aos estudantes, tendo em vista, que ao ampliar as vagas de ingresso não se possibilitou nenhum meio de permanência e conclusão dos cursos, pois as políticas assistencialistas que se tinham não garantiam esse objetivo. Desse modo, se tem a constituição de um novo modelo de assistência ao educando, que ocorreu através das lutas dos movimentos estudantis, com a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) vinculado ao Ministério da Educação e Cultura para dar suporte aos estudantes de baixa renda até então aliados da educação superior.

A partir do golpe civil-militar de 1964, que durou cerca de vinte anos, a universidade se tornou lugar de opressão e de vigilância aos movimentos estudantis, como também a qualquer docente que se opunha à estrutura ditatorial da universidade ou a autocracia como sistema político. Por outro lado, deu-se continuidade às políticas de cunho expansionistas adotadas pelo Estado, mas em uma linha contraditória, haja vista que essa era atrelada à industrialização e à expansão do mercado consumidor.

As ações da política de educação são voltadas à estratégia política de poder dos militares a hegemonia do seu projeto, culminando em um processo de redução estatal nos investimentos ao setor público apesar das políticas de expansão da educação, no entanto, os maiores recursos orçamentários destinavam-se a consolidação da abertura política a privatização do ensino superior por meios de programas privados, ensino técnico, profissionalizante, entre outras formas de controle ideológico.

Com o esgotamento da ditadura e o processo de redemocratização, o Brasil vivenciou um grande marco histórico na vida política e social por meio de intensas lutas sociais que se materializaram na promulgação da Constituição Federal de 1988 que garantiu direitos sociais a toda a população e em destaque trouxe pela primeira vez a educação como política pública e dever do Estado, como é visto no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Em conformidade com essa perspectiva também se tem o desenvolvimento para as universidades de um novo modelo de organização do ensino previsto no Art.º 207 que prega que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo Vasconcelos (2010), a nova redefinição proporcionou que a educação fosse um direito público que deveria ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito. Desse modo, garantindo uma nova concepção de educação e de perspectivas de equidade e igualdade. Embora saibamos que as desigualdades sociais, de gênero e raça/etnia continuassem demarcando o espaço da universidade.

Na entrada nos anos 1990, com a intensificação da crise do capital² a saída adotada pelos países desenvolvidos demarcou no Brasil os rumos da política de educação. A guinada ao “neoliberalismo³” trouxe intensas consequências como a redução orçamentária e redefinição das prioridades estatais, em um quadro de enxugamento do estado social, que repercutiu fortemente na educação, ocasionando retrocessos na constituição das universidades, tendo em vista, que nessa conjuntura a flexibilização dos currículos e a privatização do ensino foram alvos dos organismos internacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), no qual este processo significou:

A universidade pública brasileira é alvo particular a partir dos anos 1990, de sérios ataques, tanto na sua estrutura como na sua forma de financiamento, e hoje torna-se objeto de um novo intento de “reforma” [...], tanto pela lógica que norteia os documentos do executivo federal como pela condução pouco democrática de sua tramitação (LIMA, 2006, p.243).

² Mészáros (2009), no contexto de crise estrutural do capital, a educação é duramente atingida pelos interesses desse sistema, que, em seus mecanismos de controle, impõe a necessidade de reformas, via formulação de diretrizes e estratégias elaboradas pelos organismos internacionais, mormente o Banco Mundial.

³ O termo neoliberalismo na análise de Anderson (1995) é uma política econômica, que nasceu no pós Segunda Guerra Mundial, sendo uma reação teórica e política contra o estado intervencionista e de bem estar social.

Dessa forma, se deu início aos anos de contrarreforma⁴ universitária exposta inicialmente nos governos de Fernando Collor de Mello e seguido por Itamar Franco como uma suposta “modernização” do ensino superior. Em plena consonância, Fernando Henrique Cardoso deu continuidade às medidas neoliberais em seus dois mandatos (1995 a 2002) colocando em prática o Plano Diretor de Reforma do Estado. Esse que “[...] define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira” (BRESSER PEREIRA; SPINK, 1998 *apud* CHAVES; AMARAL, 2015, p. 100). O plano permitiu diversas alterações na educação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, em particular favorecendo as instituições de ensino privado tanto lucrativa como as Organizações não Governamentais (ONGs)

Reporta-se à “tese” de que o conhecimento deve ser visto como “investimento produtivo” [...] bem privado ou mercadorias de interesse individual negociável no mercado das trocas disto decorrendo, portanto, a recomendação de que o Estado enfraquecido pelo déficit público, gradativamente se afaste (ainda mais) da manutenção desse nível de ensino (SGUISSARDI *apud* BORGES E LUCENA, 2013, p. 48).

Desse modo, levando à uma crise estrutural pelo sucateamento das universidades públicas, favorecendo o aumento da acumulação do capital pelos organismos internacionais e reforçando a natureza elitista das instituições. Em face desse discurso:

[...] os organismos internacionais do capital considera a necessidade de redução das verbas públicas para a educação, especialmente superior, abrindo possibilidades para outras fontes de financiamento da atividade educacional via setores privados, depreende-se que, para garantia da expansão no acesso à educação, é imprescindível o fortalecimento da expansão do ensino privado. (SGUISSARDI *apud* BORGES E LUCENA 2013, p.47).

Diante disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) em seus dois governos, deu prosseguimento às orientações da política de empresariamento da educação brasileira por meio de leis, decretos e programas na institucionalização de Ensino à distância (Ead), em 2005, reforçou ações privadas ao ensino por meio do Programa Universidade para todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Vale ressaltar que apesar dessa contrarreforma estatal, também houve o ingresso e inclusão de diferentes segmentos

⁴ A contrarreforma é utilizada para designar as “reformas” neoliberais empreendidas sobre o Estado brasileiro, que provocou intensos processos de retrocesso social. Para Behring e Boschetti (2011), o termo reforma é um patrimônio da esquerda, vinculado ao movimento operário socialista, usado para se referir aos direitos conquistados pela classe trabalhadora a partir dos embates com o capital em outras épocas históricas.

sociais nas universidades por meio da expansão e interiorização do ensino superior com a implementação do Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no ano de 2006.

Os efeitos da crise econômica mundial do capital financeiro em 2008, refletiram significativamente no país no segundo governo da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016) impactou não só os setores econômicos, devido a dependência aos países centrais pela economia exportadora, que ocasionou nos ajustes fiscais e arrochos salariais a classe trabalhadora, bem como os cortes orçamentários nos setores públicos e o aumento das privatizações. Tais elementos acarretaram um processo de sucateamento do ensino superior e do tripé de ensino-pesquisa-extensão, pelo fortalecimento às iniciativas privadas como o ensino à distância (Ead) e diminuição da intervenção do Estado na esfera pública e gratuita.

Na atualidade, observa-se a barbárie do aprofundamento da agenda neoliberal nas políticas públicas, refletida no governo *ilegítimo*⁵ de Michel Temer, na qual essa é refletida por meio da concretização da emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016 (PEC 55), que atua e congela os gastos públicos, na educação segundo a ANDES (2018) a lei orçamentária aprovada em 2017 e o aprovada em 2018 mostra uma redução de 37% das verbas, que passou de R\$ 5.000.000.000 no ano de 2017 para R\$ 3.200.000.000 em 2018, refletindo na precarização dos serviços públicos.

Portanto, a trajetória da universidade pública no Brasil é perpassada por processos de avanços e retrocessos, materializados pelas contrarreformas na política educacional pelos intensos cortes orçamentários no financiamento, na precarização e o sucateamento na redução da intervenção estatal, e na fragilização do acesso e a permanência dos estudantes pelo impacto no tripé ensino-pesquisa-extensão, levando o aumento da privatização, e mercantilização do ensino pela priorização das medidas neoliberais.

Atrelada a essa dinâmica, associa-se o movimento contraditório do período de *democratização* do ensino superior por meio dos avanços da política de expansão e interiorização das instituições, a qual está intrinsecamente relacionada à dependência dos países periféricos, as políticas internacionais e em particular a influência dos organismos

⁵ Löwy (2016) O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! Não há dúvida de que vários quadros do PT estão envolvidos no escândalo de corrupção da Petrobras, mas Dilma não... Na verdade, os deputados de direita que conduziram a campanha contra a presidente são uns dos mais comprometidos nesse caso, começando pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (recentemente suspenso), acusado de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal etc.

internacionais na política de educação, como será discutido posteriormente.

2.2. As diretrizes internacionais e as demandas para o ensino superior

No final da década de 1960 se gestava um novo contexto, pois com o fim da segunda Guerra Mundial se construía uma conjuntura de recuperação financeira aos países afetados. Nessa perspectiva, foram criados o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) a fim de buscar mecanismos para manter a hegemonia do capital diante das crises econômicas e reconstruir os países destruídos pela guerra.

As iniciativas dos organismos internacionais inicialmente se realizaram no âmbito da infraestrutura, porém com o aumento da pobreza o BM redirecionou suas ações a um novo projeto, em particular ao setor social dos países de “terceiro mundo”, com ênfase nas políticas educacionais e de enfrentamento a pobreza. A educação passou a ser vista como um instrumento de controle e manutenção de poder para o capital, isto é, exclusivamente voltada para a formação da força de trabalho e sua inserção no mercado de trabalho, com vista ao desenvolvimento social e econômico da sociedade, pela revitalização da *teoria do capital humano*. Essa que contempla e deposita os investimentos na área educacional como uma forma de retorno para o trabalho e para o capital, isto é, a educação como a forma de provocar uma modificação social (SILVA & LANARDÃO, 2014).

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (FRIGOTTO apud SILVA & LANARDÃO, 2014 p.519).

Nessa perspectiva, os repasses financeiros dos organismos internacionais aos países periféricos exigiam o cumprimento de *condicionalidades* aos países, em busca de desenvolvimento econômico e social destes ao processo de globalização mundial, com destaque as políticas educacionais direcionadas fundamentalmente a redução da extrema pobreza.

Inicialmente os interesses se apresentaram na educação primária e com menos investimentos na secundária e ensino superior. Com a crise estrutural do capital nos anos 1970 e a saída com a reestruturação produtiva, as políticas sociais sentiram os impactos em todas as dimensões e as intensas modificações começaram a ser realizadas.

No Brasil, os rebatimentos neoliberais se expressam com a entrada do ensino privado no contexto ditatorial (1964-1984) quando diversas reformas na política educacional se gestam e intensificam pela contrarreforma do estado relacionadas as propostas do Consenso de Washington⁶, no âmbito superior essa se destaca em virtude das inúmeras manifestações realizadas pelos movimentos sociais. De acordo com Cunha (1978) diversas medidas foram apresentadas a “crise da universidade” e em destaque as recomendações feitas pelo Relatório de Grupo de Trabalho (GTRU) formando pelo Ministério de Educação (MEC).

Expansão das vagas do ensino superior é desejável e necessária; entretanto, essa expansão não deve prejudicar o atendimento das demandas de escolarização nos níveis inferiores, mais prioritários; logo, é preciso encontrar uma maneira do sistema se expandir com um mínimo de custo (CUNHA, 1978, p.241-242).

Nesse sentido, a partir de 1980 as políticas educacionais são pautadas nos princípios de equidade e qualidade dos serviços, mediante a descentralização, o desenvolvimento institucional e a adoção de novas regras de financiamento e de gastos educacionais por meio das orientações principalmente do BM voltadas para o alívio da pobreza. No âmbito, do ensino superior na América Latina se gestam nos anos 1990 os principais investimentos dos países desenvolvidos que corresponde cerca de 40%, tendo como destinos centrais o setor tecnológico, científico, a gestão e o sistema institucional, além de estimular o acesso da classe trabalhadora ao nível universitário. Logo, perante o discurso de “democratização de acesso” se impulsionam as parcerias público-privado, intensificando *desnacionalização* da educação com medidas privatizantes.

Segundo Lima (2005), esse processo de contrarreforma do Estado tem início no Brasil nos anos de 1990, no governo de Fernando Collor pelo aprofundamento na diminuição dos investimentos das ações estatais na área social, com base nas prerrogativas das primeiras orientações a América latina, Ásia e Caribe que foi o documento publicado em 1994 pelo BM intitulado *La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia*, este que apresentava estratégias políticas extraídas por meio de experiências bem sucedidas nos países em desenvolvimento com o intuito de garantir a equidade, eficiência e qualidade para o ensino superior. Essas estratégias indicavam quatro medidas para a reforma

⁶ O consenso de Washington sinalizava reformas estruturais e institucionais conduzindo para “a desregulação dos mercados financeiros e do trabalho, a privatização das empresas e dos serviços públicos, a abertura comercial, e a garantia do direito de propriedade dos estrangeiros, sobretudo nas zonas de fronteira tecnológica e dos serviços” (FRIORI, APUD MARQUES, 2014, p. 47).

Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas; Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior; Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad (BANCO MUNDIAL, 1994, p.04).

Observa-se que essas primeiras iniciativas de ações do Banco Mundial no ensino superior expressam o início da agenda neoliberal do país, com o processo de privatização do ensino, à medida que instituem um estado mínimo na difusão do conhecimento, incluindo diversificação em seu financiamento na abertura para o setor privado e suas modalidades, instituições não universitárias com cursos politécnicos e redefinição dos ciclos de ensino com a inserção de cursos de curta duração e Educação à distância. Dessa forma, o principal intuito dessas orientações era diminuir os custos considerados “excedentes” para o estado e manter a indissociabilidade de ensino e pesquisa com investimentos tecnológicos para o desenvolvimento econômico do país.

Essa lógica sucedeu-se nos anos seguintes e se materializou com o Banco Mundial publicando o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial em 1997, no qual manifestava reformulações para ações do papel do estado nos países periféricos, tendo em vista que a intervenção monopólica estatal teria sido responsável pelo fracasso do desenvolvimento econômico e social do país, porém o estado ainda é fundamental para esse processo. Logo o relatório direcionava um ajuste ao papel do Estado a sua capacidade institucional, isto é, assegurando bens de serviços básicos, entretanto não seria o único provedor contando com o setor privado, setor voluntário e a participação da sociedade civil organizada, o que consistiria no aumento da eficácia e eficiência do fortalecimento no desenvolvimento econômico e social.

Desse modo, no decorrer do século XX e início do novo século a política educacional foi atravessada pelas medidas neoliberais de reordenamento das ações estatais com a intensificação da atuação do setor privado nos serviços públicos, e a educação nesse contexto passa a ser uma “mercadoria” rentável para a lógica de mercado, como também a produção de conhecimento atuando para o “alívio da pobreza” e, conseqüentemente, na condução dos países periféricos ao progresso econômico e a mudança social.

Nessa lógica, o crescimento dos empréstimos para a educação pelo Banco Mundial na América Latina, se intensifica com projetos nos níveis de educação, desde a pré-escola à pós-graduação, no documento *La Educación en América Latina y el Caribe*, essas orientações se

fazem presentes em inúmeras reformas educacionais, em destaque se tem o maior acesso à educação, haja vista que, a mesma é compreendida como a chave para reduzir a pobreza persistente e a desigualdade social nos países da região. Em uma ação relacionada na entrada do século as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) que se manifesta em: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, essas são algumas entre as oito metas.⁷

Essas mudanças ganham maiores proporções na virada do século nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, como já foi salientado foi um período de maior expansão e interiorização do acesso ao ensino superior que foi essencial para o processo de mudança do perfil de ingresso de estudantes nas universidades.

O documento orientado pelo Banco Mundial no ano de 2002 intitulado “*Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria*”, trás mudanças significativas nos investimentos do capital, antes centrados no ensino básico, secundário e a partir de agora se deslocando para a educação terciária

O ensino terciário entre seus objetivos a redução da pobreza, através da produtividade dos países capacitando a força de trabalho local, gerando novos conhecimentos e adaptando conhecimentos globais ao uso local, além de aumentar as oportunidades de emprego e ascensão para estudantes com menos recursos (CISLAGHI, 2010, p.109).

Desde então, se tem abertura “democrática” com o Programa “Expansão” em 2003 e em seguida com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), no ano de 2005 sendo essa de cunho de Ensino a distância (Ead) que tinha o principal intuito regulamentado por meio do decreto 5.800 de junho de 2006 expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, materializados nos principais artigos previstos em seus objetivos:

Art. 1º são IV - ampliar o acesso à educação superior pública, V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País, VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância. (BRASIL, 2006).

Para acompanhar esse movimento se tem em 2004 lançado pelo MEC o documento intitulado “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação

⁷ Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) 2000 : erradicar a extrema pobreza; atingir o ensino médio básico universal; promover a igualdade entre os sexos e autonomia entre as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

superior”, que visa ampliar o acesso ao ensino superior a partir do aumento do número de vagas associados a expansão e interiorização com a implementação do Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no ano de 2006 (CISLAGHI, 2010, p. 113). Inicialmente esse processo tem com objetivos:

Aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração e dos ciclos (básico e profissional); incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. Tudo isto no prazo de cinco anos.

Nesse sentido, faz se necessário uma análise dos propósitos e metas institucionais as quais são pautas do REUNI, haja vista que o direcionamento revela o seu caráter *contrarreformista* em curso, pois se tem o desenvolvimento de uma expansão pautada no quantitativo em detrimento da preservação da qualidade de ensino, na qual essa é voltada apenas para um conhecimento formativo de força de trabalho ao contexto econômico em detrimento de uma maior formação crítica do saber. Conforme Souza Lima (2011, p. 92)

Trata-se de um tripé: aligeiramento da formação profissional (cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência, cursos a distância); aprofundamento da intensificação do trabalho docente (relação professor/aluno, ênfase das atividades acadêmicas no ensino de graduação) e pavimentação do caminho para transformação das universidades federais em "instituições de ensino terciário", quebrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e decretando, efetivamente, o fim da autonomia universitária, na medida em que a alocação das verbas públicas está condicionada à adesão ao contrato de gestão/REUNI.

Salienta-se que diante desse processo a expansão das instituições públicas de acordo com Chaves e Amaral (2015) alcançou o percentual de 42,6%, no entanto o *déficit* histórico das universidades públicas desencadeou uma série de elementos contraditórios, dando início á exemplo da deterioração da qualidade de ensino.

Conforme mencionado, a oferta da expansão da educação também foi acrescida pela ampliação das instituições privadas mediante aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996. A mercantilização do ensino vem sendo impulsionada, segundo os especialistas, através da implantação dos Programas, como PROUNI e FIES (BENVENUTI apud AGAPITO, 2016).

O PROUNI é um programa que oferece bolsas de estudo integrais ou parciais e são destinadas a estudantes de baixa renda e sem diploma de nível superior, como também se tem o financiamento pelo FIES para os estudantes matriculados nas instituições privadas cadastradas no programa, tendo como agentes financeiros, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Além disso, se tem o crescimento da modalidade de ensino a distância (Ead) que é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores (as) desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversas. Esta definição está presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), o qual regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

Essas ampliações retratam a funcionalidade das reformas do ensino superior colocadas pelos organismos internacionais à lógica de acumulação do capital, de acordo com Tragtenberg apud Martoni (2015, p. 223)

[...] sob o capitalismo, ela [a Universidade] é obrigada pela lógica própria do novo sistema de exploração racional do trabalho, a recrutar grandes massas de indivíduos selecionados severamente para o provimento de cargos. Ela é a formadora dos ‘recursos humanos’ para a burocracia das empresas privadas e do Poder Público. [...] É uma fábrica que ao mesmo tempo produz um núcleo de intelectuais ligados às prebendas burocráticas da classe dominante e cria um novo exército industrial de reserva, uma camada intelectual proletarize similar às massas subempregadas do sistema.

Ou seja, a dinâmica capitalista é imposta a este espaço social via a reordenação do funcionamento e gestão das universidades, a *democratização* do ensino superior promovendo o “produtivismo” acadêmico, como também a intensificação do trabalho docente aos ditames da necessidade de manutenção de poder e controle da ordem vigente.

Sendo assim, a política educacional se apresenta como espaço de disputa ideológica e societária, atuando como um aparelho para o controle, dominação e consenso para a reprodução da lógica do capital, que de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2011) sua função social é marcada por contradições, projetos e diferenciadas lutas societárias, e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenham nelas um espaço privilegiado de objetivação, elementos que aprofundaremos a seguir.

2.2.1. Análise da influência dos organismos internacionais na formação acadêmica

Nessa linha, mediante as discussões apresentadas sobre a centralidade das políticas públicas a partir da década de 1960-1970 pelos organismos internacionais, é necessário refletir esse movimento com ênfase no período na qual se desenvolvia a política de educação.

Embora já tenha sido ressaltado sobre a correlação da política de educação no tocante ao combate à pobreza e para o alcance do desenvolvimento econômico, social dos países subdesenvolvidos, é relevante analisar esse aprofundamento a partir da entrada da sociedade na contemporaneidade. O cenário macrossocial ocasionado pela nova fase de reestruturação capitalista trouxe intensas mudanças pautadas no novo modelo de acumulação toyotista⁸ e iniciando um período de flexibilização na alteração das dinâmicas sociais, atuando principalmente na consolidação do projeto hegemônico capitalista, o neoliberalismo.

Incorpora-se a lógica desse modelo organizacional uma produção avançada e tecnológica, requisitando do trabalhador uma maior jornada de trabalho, como também sua criatividade para acumulação do capital. De acordo com Bird apud Cislighi (2010, p. 32)

Um trabalhador que raciocina no ato de trabalho e conhece mais dos processos tecnológicos e econômicos do que os aspectos estritos do seu trabalho do seu trabalho imediato é um trabalhador que pode ser tornado polivalente [...].

Logo, essas transformações iniciadas no final do século passado e início do XXI, acrescidos pelo processo de integração das dimensões econômicas, culturais, sociais e político no âmbito internacional, refletem no desenvolvimento da globalização.

A globalização é um processo multidimensional em que estão em contínuas e complexas interações e mútuas dependências a economia, as finanças, mercado, a política, as relações pessoais, os sistemas de comunicação informação e comunicação, a ciência a tecnologia, a cultura, a educação, a mentalidade vagamente chamada de pós modernidade (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 51).

Desse modo, as mudanças implementadas na função do papel do Estado nesse contexto implicaram em retração no tocante ao seu papel perante algumas esferas sociais e transferiu para à sociedade e o mercado, na perspectiva destes intervirem nas multifacetadas expressões da “questão social”, por meio de medidas assistencialistas, compensatórias e

⁸ Trata-se de um modelo de produção capitalista de caráter flexível da produção e das relações de trabalho, pautados em relações voláteis de empregabilidade (ANTUNES, 2018)

provenientes dos interesses econômicos.

Nesse sentido, a globalização é constituída em meio às contradições a qual é perpassada por avanços e retrocessos frente à conjuntura atual, que segundo Dias Sobrinho (2005) a educação, mas de modo especial, a educação superior, está totalmente mergulhada nesse processo, especialmente no que tem relação com o que constitui o seu fenômeno central: as contradições do mercado global.

A partir disso, as políticas educacionais ganham uma maior relevância dentro do seu papel nas instituições e na sociedade, e em particular a universidade que antes voltada principalmente à difusão de valores, a geração de cidadania e na qual a produção de conhecimento se detinha a formação da elite, as mudanças advindas desse processo atuam por meio de projetos neoliberais no país no tocante às reformas institucionais e curriculares, que de acordo com Lima apud Marques (2014) caracterizam-se suas atuações em três momentos: nos Governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994); Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002); e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

A realidade massacrante imposta pelo projeto neoliberal associa à relação da educação ao desenvolvimento econômico, como é destacado a seguir:

Ao ser transposto para a esfera do mercado a universidade deixa de ser uma instituição social e se converte em uma organização, *locus* em que negócios são efetivados. Em virtude disso, a relação da política educacional e o mercado incidem sérias questões para se pensar qual perspectiva de educação é disseminada na sociedade (CHAUÍ APUD LIMA, 2006, p. 243)

Este quadro explicitou a correlação entre as metamorfoses do mundo trabalho e o campo do conhecimento, tendo em vista, que nesse contexto pelo aprofundamento da Teoria do Capital Humano os modelos de formação acadêmica do nível superior se encontram imbuídos pela dimensão empresarial na qual seria um dos papéis estratégicos das instituições de educação terciária perante a sociedade.

Logo, a partir desse momento, a organização das políticas de educação brasileira, com destaque para o ensino superior, como exposto anteriormente, às orientações dos organismos internacionais incidiam fortemente sobre a importância do desenvolvimento profissional e o acesso da população nos países subdesenvolvidos. No caso do Brasil, esse movimento se concretizou com as políticas de expansão universitária, tendo como início as modificações do ensino e a sua organização institucional e curricular pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N° 9394 de Dezembro de 1996.

a) a Lei no 9.131/95 que, ao criar o Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu como uma das competências desse órgão deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo MEC, para os cursos de graduação (letra “c” do parágrafo 2º do art. 9º); b) a nova LDB que, no inciso II do artigo 53, cria a necessidade de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e permite a eliminação dos chamados currículos mínimos, tornando os currículos de graduação mais flexíveis; c) a intensificação das discussões internacionais e nacionais sobre diplomas e perfis profissionais, face as mudanças na sociedade contemporânea e, particularmente, no mundo do trabalho; d) o processo desencadeado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, em 1997, objetivando a implementação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação; e) a definição de Padrões de Qualidade para os Cursos de Graduação, pela SESu; f) o estabelecimento de critérios sobre a constituição de comissões e procedimentos de avaliação e verificação de cursos superiores; g) o posicionamento assumido pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação, especialmente no Plano Nacional de Graduação, em prol de Diretrizes Curriculares gerais e fortalecimento dos projetos pedagógicos institucionais e dos cursos de graduação.

Percebe-se a interferência do contexto globalizador e neoliberal, que influencia diretamente nas políticas curriculares com ênfase no desenvolvimento de indivíduos com habilidades e competências profissionais, que compreenda as diferentes áreas de atuação, o que evidencia uma formação flexível e polivalente aos perfis profissionais conectados ao âmbito político e econômico a que Frigotto apud Catani; Oliveira & Dourado (2001, p. 72) destacam:

Os processos educativos e formativos, que ao mesmo tempo são constituídos e constituintes das relações sociais [...], passam por uma ressignificação no campo das concepções e das políticas. Estreitam-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade.

Concomitante, a essas iniciativas o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (ForGRAD), em suas discussões e planejamentos aprovou no ano de 1999 o Plano Nacional de Graduação (PNG), o qual norteia os parâmetros e diretrizes ao exercício de graduação das instituições através de metas de desenvolvimentos. Para o alcance dessas iniciativas se apresentava a necessidade de um projeto pedagógico a fim de instituir um direcionamento a todos os setores das instituições, nesse projeto as principais diretrizes pautavam-se na reformulação dos currículos em sua rigidez, na carga horária, no número de disciplinas, como também no direcionamento da formação acadêmica as necessidades da sociedade.

Tal movimento de reforma se concretizou com o edital do nº 04 do SESU/MEC com a solicitação das Diretrizes Curriculares dos cursos e o Parecer nº 776/97 com as orientações para essas diretrizes no que convém a diminuição da duração dos cursos, o incentivo de uma formação geral que abarca variadas habilidades, entre outros regulamentos ao ensino superior.

Logo, esse cenário construído foi efetivado em meio aos processos de expansão da educação superior nos variados centros, institutos e universidades públicas e privadas nos anos 2000, na qual o PROUNI, FIES e o REUNI são desenvolvidos nesse contexto apresentando em suas direção uma formação acadêmica voltada para a competitividade e o ajustamento ao contribuir ao modelo supressor do capital na formação de um exército industrial de reserva⁹. Todavia, não se desconsidera a materialização dessa ampliação pela efetivação ao direito social previsto na Constituição Federal de 1988, e sim se reitera o questionamento desse processo e o seu desenvolvimento á um viés mercantilizado.

Assim, o que se vê é a internalização das políticas dos organismos internacionais sob a ótica da economia da educação a qual está atrelada as dimensões de atuação nas diversas esferas de mercado, na atribuição de competências na qual se tem uma tendência a se converter a política de ensino.

Neste viés, fica bastante clara a incorporação e adoção de procedimentos na difusão de uma educação profissional desenvolvida pela internalização dos valores dominantes para a consolidação dos interesses da ordem vigente, o que caracteriza a política educacional um campo de disputa política pelo consenso e por uma educação transformadora popular.

⁹ A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (KARL MARX, 2011).

3. DEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

3.1. Expansão da educação superior no Brasil

A expansão do ensino superior na América Latina demonstrou crescimento a partir do século XX e XXI, e em particular no Brasil este movimento é constituído por dois momentos a partir dos anos de 1950 e nos 2000. Esse aumento está intrinsecamente relacionado ao período histórico de desenvolvimento e industrialização do país, pela qual surge à necessidade de uma maior força de trabalho qualificada às necessidades do mercado, repercutindo nas esferas políticas, sociais, econômica, como também no papel do ensino superior e das universidades públicas no desenvolvimento do país.

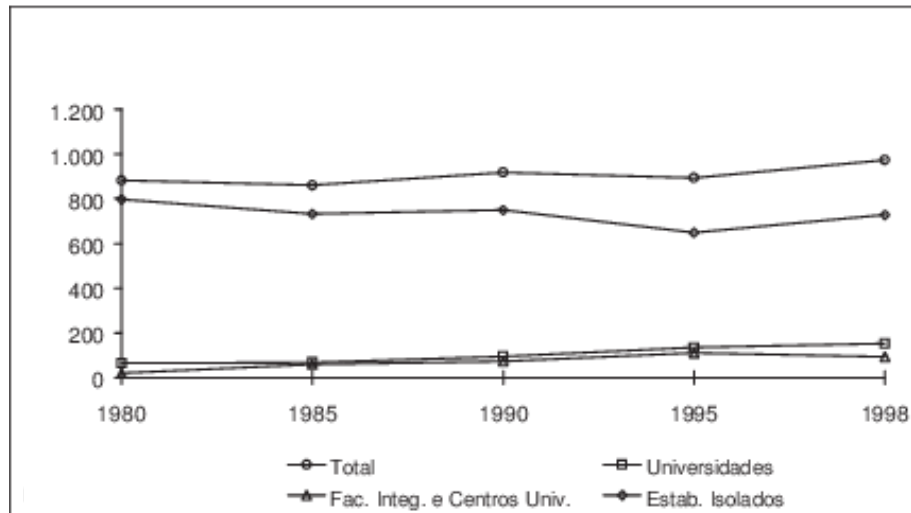
A explosão do ensino superior na década de 1950-1960 possibilitou o processo de descentralização das universidades por meio da federalização das instituições em cada estado, com a expansão da política educacional que nesse período aumentou o número de matrículas direcionado pelas mudanças e reajuste ao modelo curricular para o projeto de modelo americano, pautado no profissionalismo da formação acadêmica, que se materializou na reforma universitária pela lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Esse projeto que é fruto da influência dos organismos internacionais como é destacado no capítulo anterior, resultou em linhas contraditórias, haja vista que, apesar da expansão das universidades e conseqüentemente a ampliação de acesso pela *democratização*, por outro lado se tinha também a inversão do papel do estado, tendo e vista que esse não seria mais apenas o único provedor da difusão do conhecimento, mas também as instituições privadas. Desse modo, como observado o movimento de contrarreformas da educação superior foi direcionado por vários documentos, relatórios e experiências consideradas bem sucedidas apresentadas pelos países desenvolvidos.

Acompanhando esse desenvolvimento iniciado na década de 1950 com o processo de industrialização, bem como o aumento da população urbana em virtude desse momento, Vasconcelos apud Imperatori (2017) afirma que o crescimento e a ampliação com a criação das universidades federais em todo o Brasil e particulares, acarretou na década de 1970 um número de matrículas de 300 mil, em 1970, para um milhão e meio, em 1980. Essa grande onda de expansão vivenciada, tem como intuito diminuir as disparidades entre as regiões com crescimento do número de instituições, assim como apresentado na figura 1 da próxima página, proporcionando o desenvolvimento econômico regional e nacional, associado a uma

perspectiva neodesenvolvimentista instalada na dinâmica do Brasil.

Figura 1- Evolução do Número de Instituições por Natureza – Brasil – 1980-1998



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

No contexto de ditadura civil-militar, apesar das primeiras tentativas de mudanças estruturais no aspecto universitário, ainda era visto a elitização nas instituições. No entanto um grande marco histórico na vida política e social do país trás avanços sociais e político com o processo de redemocratização, através da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A referida Constituição foi construída por meio de intensas lutas sociais, garantindo a toda população a conquista dos seus direitos sociais. No entanto, apesar desses avanços na política de ensino, na constituinte também se prevê a liberdade ao setor privado em oferecer ensino superior, desde que em consonância com as normas do Estado, o que possibilitou abertura para o caminho de privatização de setores da educação.

Com a entrada dos 1990 o país passa por intensas transformações sociais, que impactam todas as dimensões, seja ela econômica, política, social e cultura. A retomada da agenda neoliberal no mundo demarca um período de reformas e novos direcionamentos do papel do estado nos países subdesenvolvidos, que ao serem inseridos na dinâmica da globalização pelos ajustes estruturais e fiscais pautados no prisma da privatização e de mercadorização das políticas públicas, o que Netto (2005) afirma que seria um estado *mínimo para o social e máximo para o capital*.

No Brasil, as concepções liberais foram avançadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que se materializou com as reformas no âmbito do papel do estado e no campo da educação, em particular no ensino superior com as mudanças a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 e o Plano Nacional de Educação (PNE) do ano de

2001, estabelecendo os direcionamentos da educação no cenário capitalista. De acordo com Vieira e Silva (2016) a implementação dessa LDB significou um conjunto de medidas políticas e ideológicas pactuadas entre os organismos internacionais e o governo federal para a adesão de um conhecimento empresarial, isto é, para uma formação capacitada profissionalmente.

Além disso, o PNE instaurado tinha como objetivos a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, concretizando um novo período que se gestava para a sociedade. Adotou-se normas e diretrizes a educação norteada pela generalidade e a flexibilidade, indicando alterações a esse nível de ensino que era pautado no modelo tradicional europeu para o modelo norte americano. Conforme Dourado apud Borges; Aquino (2012, p. 125)

As reformas do Estado interferem nas políticas públicas e [...] engendram alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais.

Logo, nesse cenário a educação passou a ser também de responsabilidade e domínio do setor privado, com a reestruturação dos sistemas educacionais estatais, pela via de expansão do acesso ao ensino superior com maior aumento atrelado à iniciativa privada. Esse novo modelo de políticas públicas de educação se prossegue no segundo mandato do governo de FHC apoiado pela Lei nº 10172 e do Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, que foi de suma importância para a continuidade dos governos de Luís Inácio Lula da Silva.

O PNE estabeleceu diretrizes e metas a serem cumpridas em um período de dez anos nos diferentes níveis e modalidades de ensino, pela análise territorial do sistema de educação do país, instituindo uma política de estado. Assim, como o PPA que orientava os programas em seus diversos setores, desde á exemplo de consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado; promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda; combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social.

Nesse sentido, como visto no capítulo anterior, as políticas expansionistas vinculadas ao ensino superior se desenvolveram principalmente no âmbito privado e por meio das parcerias entre o público-privado, com ênfase para a sua intensificação e ampliação na entrada

dos anos 2000, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), notadamente nas gestões de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) com a potencialização do acesso ao ensino superior que objetiva a inserção do país no mundo globalizado.

Esse processo é reflexo da implementação das políticas públicas de expansão, no âmbito privado pelo aumento das bolsas de estudo com o Programa Universidade para todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e com ênfase no qual é o objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que será explanado posteriormente.

3.2. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): algumas considerações

Orientado pelos eixos anteriormente citados, o plano de fundo desenvolvimentista contínuo nos governos do presidente Lula (2003-2010) para dá seguimento dos programas e projetos, foi imprescindível as execuções das contrarreformas no âmbito do ensino superior.

Prosseguindo com as políticas governamentais instituídas no governo anterior, constata-se nesse período uma intensificação das políticas de expansão da educação superior, vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no ano de 2003, no qual foram desenvolvidos um conjunto de medidas com o intuito de promover o crescimento do país atrelado a diminuição das desigualdades de renda, como também é associado o papel estratégico da educação pelo Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) na instituição do decreto nº 6094/2007 pelo Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”.

O desenvolvimento desse projeto pautou-se na perspectiva que na América Latina a média de jovens estudantes matriculados no ensino superior ainda era muito baixa em relação aos demais países. Partindo desse ponto, o objetivo era de ampliar as vagas e matrículas na educação superior, de acordo com as metas inseridas no PNE na qual se propôs a oferta de pelo menos 30% da educação superior vinculado a faixa etária de 18 à 24 anos. Como também, empenhar-se no ensino público, tendo em vista, o maior crescimento nos últimos anos no âmbito privado, com a estimulação de investimentos orçamentários.

Logo, esse processo foi desenvolvido para atender as necessidades e fragilidades observadas na educação brasileira, sendo redirecionadas pelo PDE de (2011-2022), atuando na melhoria da educação, em particular do ensino superior na qual entre elas Lima (2013)

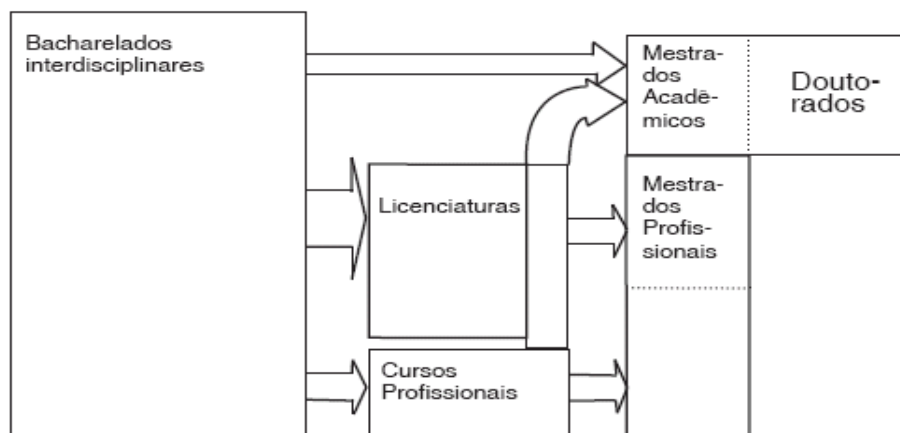
destaca:

“Educação Superior”, “FIES”, “Pós-Doutorado”, “Professor equivalente” e “Acessibilidade”, que se objetivou por meio dos Decretos nº 6.093 (dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, com o intuito da universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais), nº 6.094 (dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade), nº 6.095 (estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de instituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET) e nº 6.096 (institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI), todos publicados em 24 de abril de 2007.

Desse modo, o Estado passa a atuar na política de educação pelo processo de expansão do acesso ao conhecimento à população, seja pelo âmbito público, ou pelas isenções tributárias as instituições privadas por meio de bolsas de estudos, entre outros mecanismos, possibilitando um ensino flexibilizado e diversificado, e efetivando sua mercadorização.

Dessa forma, o quadro de reformas norteado pelo Documento II do MEC¹⁰ a qual se instituía a expansão do ensino e mudanças no que concerne a missão da educação superior no Brasil; as condições políticas, acadêmica e estruturais para a reforma. Também se tinha a regulamentação pelo Projeto de Lei n. 7.200/2006, com o modelo da estrutura acadêmica da Educação Superior que passaria a se organizar em três ciclos: bacharelado interdisciplinar (1º ciclo); formação profissional (2º ciclo); pós-graduação (3º ciclo).

Figura 2 – Arquitetura curricular da Universidade Nova



Fonte: Lima; Azevedo; Cattani (2008).

¹⁰ O Documento “Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior” referenciado no item 2.2 dessa dissertação.

Figura 4 - Brasil: Localização dos campi das Universidades Federais em 2010



Fonte: Ministério da Educação *apud* Brito (2014).

O decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que regula o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve vigência até o ano de 2012 está intrinsecamente permeado a esse movimento, que está associado segundo Lima *apud* Cislighi (2010) ao projeto universidade nova lançado em 2007 elaborado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) na qual é a face do REUNI, tendo em vista, que consistiu em uma proposta de uma “nova arquitetura curricular” que é organizada em ciclos básicos e profissionalizantes com vista a mudanças curriculares.

A criação desse projeto parte da análise da necessidade de uma reestruturação curricular, pois o modelo instituído apresentava insuficiências às demandas e ao novo contexto que se gestava pautado na sociedade do conhecimento. Desse modo, a nova referência é adepto aos modelos norte-americano e o modelo unificado do processo de Bolonha, no qual ambos são direcionados a formação acadêmica e intelectual as exigências do mercado mundial. O processo de Bolonha iniciado em 1999 até os anos de 2010 tem como finalidade compatibilizar os sistemas universitários nacionais, equiparando o grau, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos (LIMA; AZEVEDO; CATANI *apud* BORGES E AQUINO, 2012).

Nesse sentido, adotando essa lógica o REUNI teve como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, com o propósito de dotar as universidades federais brasileiras das condições necessárias para expandir as vagas de acesso ao ensino superior e reduzir a evasão dos alunos, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes (BRASIL, 2007).

Apoiado nesse direcionamento, se tem o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que implementa o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que é um instrumento de fortalecimento do programa na garantia de diversas ações para contribuição da permanência dos estudantes.

Em conformidade, as universidades que fizessem a adesão deveriam apresentar planos de ações para que se fossem atingidas as metas impostas pelo programa, cujas diretrizes são :

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno; II- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III- revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV – diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; VI – articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Dessa maneira, o repasse financeiro estava condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas para cada etapa nas universidades, que seria limitado a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial de adesão e no prazo de cinco anos; financiamento esse condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação (MEC) (TONEGUTTI; MARTINEZ; LIMA apud SOUZA; FILLIPPO; CASADO, 2010, p. 342). Em contrapartida seriam oferecidos recursos para a ampliação de estruturas físicas e tecnológicas e contratação de docentes e técnicos, e as universidades deveriam apresentar um percentual de 90% de conclusões nos cursos de graduação na relação de 18 alunos por professor.

Esta fase apresentou de 2003 a 2010, um salto de 45 para 59 universidades federais, que representa a ampliação de 31%; e de 148 campi para 274 campus/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou um desenvolvimento no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138% (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a universidade na medida em que ampliou as oportunidades de formação para os alunos do interior com o seu desenvolvimento também trouxe mudanças substanciais ao cenário da cidade, seja com a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico a criação de pequenas empresas, instalação de novas fábricas, aumento no setor imobiliário, rede de pousadas e hotéis, bem como a construção civil e a melhoria no saneamento básico, corroborando na geração de emprego e renda da população.

Além disso, é importante destacar que os fluxos migratórios e o desenvolvimento que a universidade possibilitou na realidade de Pombal provocou rupturas com a cultura local da cidade interiorana, sertaneja, com os valores morais patriarcais-cristãos extremamente arraigados. No entanto, mesmo com esses avanços permitidos com a chegada da universidade, ainda se tem muitas resistências locais à cultura universitária, destacam-se aqui os estigmas relacionados aos estudantes universitários em relação às festas, uso de drogas ilícitas e lícitas, relações afetivas mais livres, presença da população LGBTTTQIA+, que se reproduzem em virtude da cultura local ser historicamente mais conservadora.

Diante desse contexto de necessidade do Brasil se inserir na ótica dos países globalizados, pelas políticas expansionistas e de interiorização da educação superior, a Universidade Federal de Campina Grande foi criada a partir do desmembramento institucional da Universidade Federal da Paraíba pela Lei 10.419 de 9 de Abril de 2002, constituindo em uma instituição autárquica pública e federal, estruturada em multicampis distribuídos pelo Estado da Paraíba, que contemplam ensino, pesquisa e extensão vinculada ao Ministério da Educação.

Conforme essa organização o *campus* sede localiza-se na cidade de Campina Grande e os demais 06 (seis) campis no interior da Paraíba, em Patos o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR); em Sousa com Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS); em Cajazeiras com o Centro de Formação de Professores (CFP); em Cuité com o Centro de Educação e Saúde (CES); em Pombal com o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA); e em Sumé com o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CSDA).

O campus da UFCG na cidade de Pombal-PB, fruto da política expansionista universitária, foi fundado no ano de 2006 e absorveu o curso de agronomia da Faculdade de Agronomia de Pombal (FASP) alterando em Unidade Acadêmica de Agronomia e Tecnologia de Alimentos (UATA), posteriormente, no ano de 2010 com a chegada de novos cursos ocorreu à separação criando a Unidade Acadêmica de Ciências Agrárias (UAGRA); Unidade Acadêmica de Tecnologia e Alimentos (UATA); Unidade Acadêmica de Ciências e

Tecnologia Ambiental (UACTA).

Além disso, vale ressaltar que o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) em seu período inicial também contava com três cursos tecnológicos referentes a processos ambientais, agroindústrias e horticultura, porém esses foram cancelados devido à insuficiências de aluno, sendo criado por último o curso de Engenharia Civil no ano de 2014.

A proposta da UFCG estava relacionada às necessidades de expansão das vagas públicas do ensino superior na Paraíba, bem como repensar a estrutura acadêmica em duas direções: “ao revisar os métodos de ensino [...] e reestruturar a gestão dos cursos de graduação com a redefinição dos currículos [...] em busca de itinerários formativos menos verticais e, portanto, mais laterais ou mesmo transversais” (UFCG/REUNI, 2007, p. 03).

Logo, essas direções nas quais este plano se gestou e se desenvolveu demonstra a relação intrínseca ao Protocolo de Bolonha, bem como o projeto universidade nova, ressaltado anteriormente, na efetivação de uma maior formação acadêmica na busca de atingir a meta global de elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação.

Além disso, no tocante as dimensões do programa no documento *Diretrizes Gerais do REUNI* essa se pautava em: Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Mobilidade Intra e Inter-Institucional; Compromisso Social da Instituição; Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

Com isso, observam-se inúmeros avanços ao acesso e a democratização do ensino superior, como também a concepção disseminada as instituições públicas a respeito à garantida da liberdade para a inserção no programa e autonomia que se preconizava as universidades. Todavia, a análise aqui apreendida parte da compreensão na qual a ANDES-SN defende que esse projeto seria a instituição de uma “universidade nova”, mas que estaria atrelada a face oculta da contra-reforma universitária.

Vale ressaltar, que é de extrema importância esse reconhecimento, pois a luta pelo processo de democratização e acesso da classe trabalhadora é fruto de intensas lutas sócio-históricas e que foi possibilitada a partir desse processo. No entanto, como salienta a ANDES e outros autores que atuam na defesa da universalização do ensino superior na compreensão da perspectiva do direito, o que se evidenciou foi uma adesão aos planos da política neoliberal, com características de readequação da formação acadêmica as competências de mercado.

A qualidade almejada para este nível de ensino tende a se concretizar a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes, com o conseqüente redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação, além do estabelecimento da necessária e inadiável interface da educação superior com a educação básica - orientações já consagradas na LDB/96 e referendadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo CNE (BRASIL, 2007).

A estruturação curricular proposta parte de uma concepção de formação de bacharelado interdisciplinar (BI) que é “interdisciplinar, geral e propedêutica” (UFBA, 2007, p.13). Sendo organizado o ensino acadêmico em (1º ciclo), que teria a duração de três anos e se comporia da formação geral compreendendo as três modalidades curriculares que são os eixos básicos, eixos interdisciplinares básicos e eixos integrados e a de formação específica, o 2º ciclo se apresenta na concentração dos quatro bacharelados interdisciplinares, a saber: em Artes, BI em Humanidades, BI em Ciências e de Saúde, com vista à centralidade da mobilidade estudantil (BORGES; AQUINO, 2012).

Essa arquitetura a qual é submetida à política educacional através do REUNI, pela diversificação do ensino, incide no processo precoce de formação de recursos humanos aos interesses do mercado, pois apesar de ser um sistema que prioriza combater a evasão, ampliar a relação aluno/professor, com o aumento do ingresso de alunos de uma forma não planejada e o não acompanhamento do quadro profissional ocasionou na intensificação das atividades laborativas docentes incidindo na precarização do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Observa-se que o crescimento ao qual o país vinha atingindo, começa a apresentar um processo mais lento de crescimento com a queda orçamentária destinada as universidades no governo da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2014), em meio às crises econômicas que assolavam o país.

Apesar disso, verificou-se a continuidade do processo de expansão com o programa “Ciências sem Fronteiras” no ano de 2011, que tem como eixo principal estimular os estudantes, professores (as) e pesquisadores (as) por intermédio de bolsas de estudos em universidades estrangeiras às áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Além disso, por meio da interiorização das universidades federais com foco no interior dos estados na região Norte e Nordeste na organização dos multicampis.

No entanto, a redução orçamentária coloca em cheque esse progresso, tendo e vista, a precarização do setor público e a sua estrutura, que ainda se encontrava em um caminho de consolidação do fortalecimento da expansão das universidades federais o que acarretou no desmonte da política de educação, que se mostra em um campo de disputa política na

sobrevivência das universidades guiadas pelo tripé de ensino-pesquisa-extensão.

Desse modo, a contrarreforma da educação superior no Brasil inclinou-se em um movimento contraditório, na perspectiva de avanços e limites, pois ao realizar o progresso por meio das mudanças na estrutura e organização das instituições públicas permitindo o ingresso e acesso do ensino superior a classe trabalhadora, ao mesmo tempo se tem um processo de manutenção do projeto hegemônico do capital com a desqualificação desse nível de ensino com a introdução de um sistema de conhecimento técnico-científico que de certa forma atua na formação de recursos humanos às necessidades mercadológicas, originando um novo papel as universidades públicas na qual a transformação social crítica é colocada em detrimento da ordem vigente. Como forma de resistência à conjuntura contemporânea devastadora de direitos conquistados pela classe trabalhadora.

4. O REUNI E O CCTA NAS PARTICULARIDADES DO SERTÃO PARAIBANO

4.1. Procedimentos metodológicos

A realização da pesquisa para a materialização deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) parte de um viés de cunho qualitativo, tendo em vista que esse permite uma melhor compreensão da realidade concreta embasado no materialismo histórico dialético, o qual permite realizar o processo de mediação pelos caminhos da particularidade, universalidade e singularidade em busca de compreender a sua totalidade social.

Segundo Chizzoti apud Piana (2009) a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Dessa forma, a pesquisa precisa traçar vários procedimentos entre eles o método e as técnicas para o estudo do objeto. O método será aqui compreendido como a forma que apreendemos e analisamos a realidade, e as técnicas como um conjunto de procedimentos técnicos que organizam o processo investigativo.

A metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade) (MINAYO, 2010, p.14).

Para a construção dessa análise parte-se de uma abordagem qualitativa com vista a possibilitar ao pesquisador tentar descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias (RODRIGUES; LIMENA, apud DEL-MASSO; COTTA; SANTOS, 2014, p.12). Nessa linha, corroboramos com Minayo (2010, p. 21-22) quando diz que a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Nesse sentido, o estudo da temática foi embasado por meio da pesquisa de campo na pretensão de reunir e buscar a informação diretamente com a população alvo, como também entendendo a importância do aprofundamento teórico para a investigação do objeto realizou-se a pesquisa documental. Tal como em artigos, dissertações, por meio de revisão bibliográfica, portarias, entre outros.

Para a pesquisa documental foram analisados documentos públicos dos organismos internacionais entre eles: *La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia(BM)*; *o Relatório do Banco mundial sobre o Desenvolvimento Mundial em 1997*;

o documento *La Educación en América Latina y el Caribe*(BM); as *Metas de Desenvolvimento do Milênio em 2003*(ONU) e o documento *Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria*(BM), com vista a compreender a sua influência na política de educação, em particular do ensino superior do Brasil.

A partir dessa perspectiva aplicou-se a técnica da entrevista semi-estruturada a fim de colher informações na realização da pesquisa de campo, com vista à atender os objetivos da investigação, uma vez que, segundo Soriano (2004) essa possibilita o conhecimento sobre a situação que não se conta com informações suficientes.

O local da pesquisa Universidade Federal de Campina Grande-campus de Pombal/PB, situado na Rua Jairo Vieira Feitosa, nº1770, bairros dos Pereiros, CEP: 58840-000, foi determinado a partir da experiência neste *campus*, motivada pela vivência dos estágios supervisionado I e II, na inserção do campo de estágio do Serviço Social na área de assistência estudantil, onde foram realizados estudos para a aproximação da problemática a cerca do processo de expansão e interiorização do ensino superior na particularidade do sertão paraibano.

A instituição conta atualmente em seu quadro de servidores federais, com 81 docentes (63%), 5 gestores da direção do campus (2%), sendo 1 diretor e 4 coordenadores de curso (Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos e Agronomia) e 45 técnicos administrativos (35%).

Os sujeitos da amostra do estudo teve a seguinte composição: três docentes (38%), três gestores da direção atuais e anteriores (37% dos entrevistados) e dois técnicos administrativos (equivalente a 25%), com vista a apreender os avanços e limites do REUNI dentro da realidade do sertão paraibano.

O que determinou no critério de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa foi à capacidade de responder os objetivos dessa que será representado por profissionais da UFCG-CCTA, que se encontram na instituição desde a implantação da instituição. Desse modo, foram incluídos gestores da direção atual e de gestões passadas, os técnicos administrativos das finanças, da assistência estudantil e os docentes antigos da instituição. Sendo assim, por se considerar esse critério de inclusão os demais funcionários apesar de estarem incluídos no elemento populacional, serão excluídos por não atenderem os parâmetros do estudo.

Dessa forma, a amostra desse estudo será de caráter não-probabilístico, a partir do seguimento qualitativo da pesquisa, que por meio da amostra selecionada permite uma representatividade desta análise de uma realidade particular para toda a população.

Desse modo, a coleta de dados foi estruturada por meio de perguntas abertas, sendo aplicados três roteiros de acordo com as suas especificidades de atuação profissional dos sujeitos participantes da pesquisa no campus, com o intuito de analisar a compreensão e olhar de cada grupo no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão, a gestão da instituição, e as interfaces desse programa no tocante ao orçamento e a permanência dos alunos.

Diante disso, a análise de dados ocorreu a partir da análise de conteúdo, para uma compreensão mais profunda de certos fenômenos sociais, e principalmente por se tratar de uma abordagem qualitativa, que, segundo Bardin apud Andrade (2010, p. 28) “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos (sic) de descrição do conteúdo das mensagens”.

Logo, o desenvolvimento do estudo foi orientado pela teoria social crítica de Marx, entendendo que o método dialético possibilita compreender e analisar a realidade em sua totalidade e dinâmica, na sua singularidade, particularidade e universalidade, e não fora dessa realidade contraditória. Conforme afirma Netto (2011, p.53) “O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”.

O método dialético é essencial para se compreender os fios invisíveis inerentes à estrutura do modo de produção capitalista que permeia a sociedade e possibilita o estudo do objeto para além do aparente buscando a essência.

O trabalho seguiu os parâmetros éticos envolvendo a pesquisa que é substancial para nortear a relação sujeito e pesquisadora. Ao realizar pesquisas com seres humanos é fundamental reconhecer os princípios éticos que norteiam esse tipo de investigação pautados na resolução 196/96 e a 510/2016, os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e os conselhos de diversas áreas estabelecem diretrizes e normas para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, sendo submetido à Plataforma Brasil.

Visando assegurar os direitos e deveres dos sujeitos da pesquisa, que se materializou também respaldados na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde - CNS atrelado também do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estabelecendo o sigilo e a proteção aos sujeitos pesquisados, bem como esclarecendo as informações de forma acessível e transparente.

4.2. Análise dos avanços e limites do REUNI na particularidade da UFCG campus Pombal

A partir da coleta de dados empreendida com os docentes (as), os gestores (atuais e anteriores) e os técnicos administrativos do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), buscou-se a percepção da visão dos participantes a respeito do REUNI na particularidade do CCTA, tendo como propósito se aproximar desse objeto não apenas em sua aparência, mas buscando a essência do fenômeno expressa na realidade do sertão.

Os perfis dos/as entrevistados/as da pesquisa representam a faixa etária entre 30 a 50 anos, contemplando ambos os gêneros onde a pesquisa foi aplicada aos/as servidores da instituição com prestação de serviço entre 08 a 10 anos.

Diante desse objetivo, notamos primeiramente no que concerne a avaliação dos/as entrevistados a respeito do processo de expansão e interiorização das instituições de ensino superior públicas no Brasil, o reconhecimento desse movimento como essencial ao acesso da educação nas regiões menos favorecidas do país e que atinge todas as esferas desde o âmbito econômico, social, cultural e político, conforme se observou nas afirmações dos entrevistados:

O processo de expansão das instituições no ensino superior do Brasil teve maior avanço, talvez o único, na primeira década desse século, nos anos 2000, esse avanço foi muito benéfico ao país especialmente as regiões que eram mais desprovidas de ensino superior, o que fazia com que muitas pessoas teriam que se deslocar para regiões pra realizar seus estudos, então esse processo foi muito positivo, muito benéfico. [...] (Entrevista 02)

Avaliou como um avanço, perante a realidade que aconteceu esse período que a gente vivia uma precarização, apesar de não ser servidor na época, mas eu fui estudante, então a gente vivia sempre tendo protestos, porque a gente não tinha uma verba carimbada isso no ponto de vista da assistência estudantil, porque uma coisa veio ligada com a outra [...] (Entrevista 08)

É nesse sentido que ressaltamos a importância desse avanço na instituição de uma nova realidade a política de ensino superior no país, haja vista, o caráter elitista dessas instituições, e que nesse período a classe trabalhadora que se localizavam em regiões não polos do país e interioranas tiveram oportunidade pela implantação de novas universidades e pelo aumento de vagas. Além disso, na efetivação do desenvolvimento econômico regional e nacional do Brasil, como é expresso no Relatório *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012* pelo Ministério da Educação:

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Desse modo, o REUNI constituiu-se em um programa que possibilita às Ifes cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do país.

Consoante a isso, os/as sujeitos da pesquisa reconhecem as diversas contribuições do campus do CCTA à realidade do sertão paraibano no que diz respeito ao processo de expansão e interiorização, conforme se observa a partir das falas de todos a seguir:

Avalio de forma extremamente positiva, porque além de levar conhecimento, informação de alto nível para regiões carentes como é o caso, por exemplo, do nosso sertão paraibano cumprindo essa missão que eu considero a mais importante que é levar conhecimento [...] (Entrevista 03);

Na minha visão a expansão foi uma necessidade porque as universidades passaram muito anos sem dá oportunidade de outras pessoas ingressarem principalmente aquelas pessoas que estão localizadas no interior do Brasil. Então quando foi criado campus universitário nessas diversas regiões proporcionou um grande volume de pessoas que não tinham oportunidade de desenvolver um curso superior e que logicamente com a criação desses campi e a criação de vários cursos graduação e pós-graduação [...] (Entrevista 04);

[...]. Então, isso veio a qualificar no contexto formativo muitos estudantes que só tinha condições de estudar no máximo até o ensino médio e também melhorar a qualidade da vida da região, uma vez que, a vinda de um campo universitário além de trazer benefícios na parte de educação propriamente dita, mas traz efeitos em diversos setores, como por exemplo, economia, saneamento básico, crescimento e desenvolvimento do município, na parte de produção e instalação de novas indústrias, fábricas, o que aconteceu claro no caso de Pombal, e acontece basicamente em todas as regiões que estão sendo beneficiadas com campos universitários (Entrevista 02)

Por outro lado, os avanços significativos salientados pelos (as) entrevistados (as) não desconsidera as ressalvas feitas às interfaces desse programa, no tocante a sua implementação que ocorreu de forma aligeirada, e sem uma análise da constituição das universidades na realidade brasileira conforme veremos nas falas abaixo:

A expansão foi importante, mas ocorreu de forma desordenada; sem critérios para localização e cursos que seriam implantados (Entrevistado 1)

[...] Então, hoje eu diria que esse processo tá um pouco interrompido de certa forma, mas que ele trouxe grandes benefícios, e uma crítica que eu faço a época que ele trouxe benefícios é que, a expansão ela ocorreu um pouco digamos assim desproporcional a preparação das instituições para tal, então

houve uma expansão muito grande, por exemplo, de recursos humanos para as instituições e também de novos estudantes, só que a parte de infraestrutura apesar de ter sido melhorada, mas não foi suficiente pra atender essas novas demandas e claro em opinião o que deveria acontecer era a retomada desse processo de expansão observando-se essa questão da infraestrutura nas instituições [...] (Entrevista 02).

Eu avalio inicialmente de forma muito positiva, teve muitos cursos criados e campus, esses campus foi criado nessa época, mas depois teve uma interrupção assim na manutenção a assistência a esses cursos. Então, nesse ponto ficou um pouquinho falho, mas a ideia do projeto em si foi muito bom, relevante (Entrevista 07).

Esses elementos demonstram que o processo de expansão e interiorização das universidades na particularidade da UFCG não se desenvolveu de forma planejada e articulada incidindo na fragilização do tripé universitário de ensino-pesquisa-extensão. Em análise, o REUNI como uma política de expansão desmesurada que provoca uma mudança no sentido e conceituação de universidade.

Trata-se de uma perspectiva que restringe o sentido de espaço de produção autônomo de pesquisa e produção de conhecimento e amplia o sentido de usina de produção. Não se observa do REUNI uma preocupação em definir parâmetros para a garantia de um padrão de qualidade técnica, ética e social na formação. As medidas se voltam exclusivamente, para responder às exigências do capital financeiro com expansão quantitativa e submissão a demanda do mercado (BOSCHETTI apud KOWALSY, 2012, p. 72).

Logo, os requisitos de demandas do ensino superior “pactuados com o MEC” com as universidades federais, à exemplo da UFCG, retratam a intrínseca relação da política de educação e o âmbito econômico, que se apresenta como um processo chamado democratização do acesso, mas que não analisou os impactos dessa “massificação” que se caracterizou conforme Nascimento apud Marques (2014) em o “fetichismo da democratização”¹¹, pois apesar de garantir o acesso da classe trabalhadora à universidade, está não foi suficiente ao aporte necessário a que era ofertado a permanência nas instituições.

Neste sentido, apesar do REUNI materializar as lutas sócio-históricas dos (as) estudantes e de docentes e movimentos sociais, na garantia do maior acesso ao ensino superior, é importante mencionar que esse movimento também foi marcado por manifestações de resistência e críticas expressas por grupos estudantis, sindicatos e docentes das instituições. Por sua vez, não se deixa constatar e de afirmar o real significado dessa iniciativa aos

¹¹ “fetichismo da democratização” por meio de um conjunto de ações materializadas pelo FIES, PROUNI e por meio do REUNI (MARQUES, 2014)

seguimentos empobrecidos na população, nos governos do partido dos trabalhadores, principalmente nas gestões presidencial de Lula.

Contudo, é importante o reconhecimento e as ponderações necessárias às interfaces conjuntas do programa, a qual segundo Lima; Azevedo e Catani apud Barros (2015) as consequências desta política, “[...] estimula a adesão a um novo modelo de universidade e uma nova relação de trabalho com os professores [...]”. O que em certa medida propõe uma educação superior tecnicista.

Como abordado nesse estudo, às reformas institucionais ao ensino superior colocavam em questionamento a estrutura curricular vinculada ao ensino tradicional e que permeava as instituições, bem como, o papel das universidades inserido nas mudanças societárias nesse cenário. Dessa maneira, a expansão e interiorização das universidades por meio da ampliação de vagas e cursos se apresentam como face do protocolo de Bolonha, no qual estão atreladas as reformas curriculares instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao estabelecimento de um modelo de universidade como exposta anteriormente, a uma nova arquitetura curricular, que segundo trechos de uma entrevista de Blanch: “vem provocando uma alteração estrutural do ensino superior no sentido de seu aligeiramento, competitividade e sujeição às demandas do mercado” (BLANCH, *apud* BOSCHETTI, 2015).

Em meio a essas direções, o REUNI em suas premissas acorda o estabelecimento de uma formação continuada, flexível e diversificada ao ensino, e a UFCG em sua proposta ao programa garante uma formação profissional e cidadã. No entanto, observa-se que está, na realidade, ainda, se torna um pouco distante aos estudantes, haja vista que, os projetos pedagógicos dos cursos ainda priorizam uma padronização da formação profissional em detrimento de uma análise crítica e reflexiva acerca das problemáticas que permeiam a sociedade. Como ressalta o discente entrevistado a seguir:

A reforma que você citou dos anos 1990 para a atualidade ela fez com que as universidades evoluíssem tanto no aspecto dos processos políticos pedagógicos de cursos como também no papel da universidade perante a sociedade. Eu diria que essas reformas permitiram que as universidades se aproximassem mais da sociedade e vice e versa como deve ser, no entanto ainda tem muito que se melhorar em minha opinião, por exemplo, nas reformas curriculares de cada curso deveria se trabalhar temas voltados relacionados a questões e problemas da atualidade, por exemplo: problemas ambientais que hoje são discutidas apenas nos cursos específicos da área de ambiental, por exemplo, o tema educação ambiental deveria como a própria lei é coloca, deveria estar contido em todos os cursos das universidades, como também políticos e econômicos, ser melhor distribuídos nesses cursos nessas áreas e os que não tem, porque a universidade não deve ser pensada apenas como um meio de a onde a formação é direcionada determinada

áreas, mas também deve haver a formação de cidadãos. Então a muito que se melhorar e para isso é preciso claro que a gente tenha um corpo docente participativo que sempre procura atualizar os projeto pedagógico de cursos e um político que se comprometa com a educação do país, porque não adianta só a gente reivindicar se a gente não vai ter uma resposta no sentido de reformulação desses currículos e obviamente inclui também não só os docentes mais a sociedade civil organizada e outras representações sociais (Entrevista 02).

Contudo, observa-se uma pendência em relação a uma maior ênfase a uma análise ampliada em torno das variadas questões relacionada a um conjunto de problemas a qual é direcionada uma formação crítica, cidadã e popular, como salienta Mézaros apud Marques (2014) em relação ao papel da educação:

Nesta perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sansão ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida.

Por outro lado, não se pode apenas compreender esse movimento instituído pelos organismos internacionais como apenas fortalecedor da ordem vigente, pois apesar de garantir formas de manutenção de sua ordem, por esse mesmo processo apresentam-se concretas ações de resistências por uma educação libertadora, como destaca Tragtenberg apud Martoni (2015) ao observar as considerações de Marx acerca do movimento dialético do real que a mesma realidade que cria a afirmação das possibilidades de incremento da valorização do valor também cria sua negação.

Outro aspecto relevante refere-se à entrada de um maior quantitativo significativo de estudantes nas instituições nesse período, na qual a UFCG tinha como uma das metas em sua proposta a ampliação da elevação de vagas no alcance de cinco anos, duplicar suas matrículas para 21.651,47, o que repercutiu significativamente na relação professor/aluno na determinação de 01/18. Esse novo quadro incidu em vários setores da universidade, a qual na época foi realizada duras críticas pelo reitor Thompson Fernandes Mariz, publicado em artigo

apresentado pelo governo federal:

Nesta hora percebemos que o aparentemente inquestionável objetivo do REUNI de ampliar o acesso e a permanência na educação superior se dará pelo muitíssimo questionável “melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Duplicar a oferta de vagas e aumentar, pelo menos em 50%, o número de concluintes, a partir de um incremento de apenas 20% das atuais verbas de custeio e pessoal (excluídos os inativos!) é a indicação sub-reptícia de que a reestruturação proposta pelo Decreto Nº. 6.096 cobra uma subutilização dos recursos existentes nas Universidades Federais e aponta somente dois caminhos para o cumprimento de sua meta global: a aprovação automática ou a certificação por etapas de formação (MARIZ, 2007, p. 01).

Dessa forma, o intenso ingresso dos (as) estudantes repercutiu significativamente no aumento expressivo do trabalho docente, e ao serem indagados como esse processo reflete nas atividades acadêmicas do tripé universitário de ensino-pesquisa-extensão, os/as mesmo/as relataram que:

As nossas universidades, elas tem esse perfil principalmente quando a gente presta concurso à gente se compromete a trabalhar em atividades de pesquisa e extensão, especialmente com de ensino e mais uma atividade seja pesquisa, extensão ou administração, só que na prática a gente percebe que a grande maioria dos professores dá ênfase a mais de uma atividade a pesquisa e a extensão [...] então o fato de ter entrado muitos alunos pela demanda de ensino e também pesquisa e extensão [...] ai talvez que essa atenção o ensino não aumentou proporcionalidade com a quantidade de alunos que veio pra instituição [...] independentemente dessa maior demanda de alunos na instituição a atividade de ensino deve ser priorizada independente da quantidade de alunos e qualquer situação e que isso talvez n tenha sido feita essa priorização justamente pela proporção de alunos que entrou e o quadro docente deveria ser aumentado. (Entrevista 02).

Eu vejo uma discrepância muito grande dos cursos que foram criados após o REUNI e dos cursos já anteriores, a exemplo de campus tradicional campina, patos e cursos semelhantes, você vê uma carga horaria bem menor de trabalho dos docentes em relação aos campi do interior. Então isso, realmente, não sabe se tem ligação direta com o REUNI ou não, mas é bem perceptível a carga horária dos professores bem maior. Assim, eu não acho que é exorbitante, mas comparando com a dos outros cursos anteriores são bem maiores. Os impactos seriam a perda de qualidade, às vezes decréscimo nas pesquisas, menos orientando (Entrevista 07).

Diante desse fato, reafirma-se que esse processo de “massificação” das instituições federais de forma desordenada, trás consigo uma série de problemas a formação acadêmica dos (as) estudantes diante do comprometimento muitas vezes das demais atividades acadêmicas, bem como, aos docentes pelas exorbitantes carga horária destinadas ao tripé

universitário, como os demais exercícios institucionais ocasionando sem dúvidas a precarização do seu trabalho e muitas vezes afetando o trabalhador em sua saúde física e mental. De acordo com essas alterações revelam a intensificação do trabalho no interior das universidades:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade [...] está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (CHAUI *apud* MARTONI 2015, p. 224).

Atrelado a esse crescimento, é importante destacar uma das interfaces do programa na garantia e permanência dos discentes na conclusão da graduação. Dado que a interiorização oportunizou o ingresso da classe trabalhadora ao ensino superior, no entanto, se apresenta uma série de desdobramentos à conclusão de curso vinculado a permanência dos estudantes.

Vale salientar, que a proposta da UFCG apresentada ao REUNI consistiu no aumento da assistência estudantil por meio de residências universitárias, restaurante universitário e bolsas permanência, o que realmente foi visto. No entanto diante do intenso número de ingresso o orçamento destinado à política de assistência estudantil ainda se apresente reduzido em face às demandas apresentadas. Fato que é relatado pelos gestores (atuais e anteriores), bem como os técnicos administrativos ao ser questionados sobre a intrínseca relação entre permanência e acesso dos estudantes diante dos recursos destinados a educação superior no CCTA:

Até o ano de 2017 que eu estava na gestão as diferentes modalidades de bolsa tinham em torno 35% dos alunos, mas os indicadores da assistência estudantil nos mostrava que esse aporte ainda era pequeno, e talvez se a gente fosse fazer uma avaliação de todos os alunos aqui do centro chegaríamos a conclusão que 80% dos alunos necessitariam de ajuda e a gente só supre 35%.[...] (Entrevista 04).

Bom, o que a gente vai fazer é a imediação, fazer o paralelo nesse ponto, porque o governo pensou em expansão, mas não pensou na permanência no geral, aí veio o decreto do programa em 2007, teve uma portaria que diz respeito à assistência estudantil de 2007 também, mas a regulamentação dessa portaria só veio em 2010 que é o decreto do programa nacional de assistência estudantil Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que não é lei, é regulamentado por um decreto presidencial que a qualquer hora pode acabar [...]. O que acontece, é que nós temos nos deparados com o esvaziamento, uma dificuldade dos alunos permanecerem, porque os programas de assistência estudantil não dão conta da demanda de pessoas que batem na porta [...] (Entrevista 08).

Então, coisas que a gente poderia fazer e não faz referente a essa demanda pela a questão orçamentária vai repercutir na Assistência Estudantil, porque expandir o ensino superior tornar o mais acessivo, mais perto da sua casa, do sítio e das pessoas das nossas cidades aqui próximos, mas se essa pessoa não tem como se manter aqui [...] (Entrevista 08).

Nota-se ao analisar o item anterior, que o orçamento da política de assistência estudantil ainda se torna insuficiente para atender as demandas dos estudantes, haja vista que, o aumento de discentes não é compatível com o acesso à política de permanência, o que ressalta a intrínseca relação das políticas expansionista universitárias no país, a exemplo o REUNI, ao contexto do projeto neoliberal, que corrobora com a focalização e seletivização do acesso à política, e que muitas vezes pode favorecer a evasão dos alunos, como também os trancamentos em decorrência da fragilidade da política de educação pública estão permeados nesse cenário.

Salienta-se que a questão orçamentária das universidades na expansão e interiorização dos campi foi primordial a concretização das ações e serviços do programa. Como já foi demonstrado no capítulo 2 o REUNI tinha como propósito melhorar o aproveitamento das estruturas físicas existentes das instituições e dos recursos humanos, essa que estaria condicionada ao financiamento referente às etapas das universidades e seriam limitados a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial de adesão e no prazo de cinco anos, bem como, vinculado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

A proposta do programa em seu período de vigência se apresentou com êxito como referido no relatório de gestão do exercício da UFCG no ano de 2012:

A ampliação, melhoria e modernização da infraestrutura institucional sequenciadas no exercício de 2012 foram realizadas em estreita sinergia com as metas pactuadas pela UFCG e inseridas no Programa REUNI. Ações que propiciassem alcançar os principais objetivos almejados pela Universidade: a expansão com qualidade, a busca pela excelência acadêmica e a contribuição para o desenvolvimento social. As ações realizadas abrangeram todos os campus, o da sede em Campina Grande assim como todos os demais.

Todavia, também são apresentados por essa instituição como uma das dificuldades os cortes orçamentários realizados pelo MEC já em 2012 no mês de novembro em decorrência da crise que já se apresentava a conjuntura acarretando interferências ao desempenho. Na fala do/a do entrevistado/a nº 6 *“no ano de 2014 essa verba para a instituição foi de R\$ 32.000.000.000, porém, vale salientar que essa distribuição não é linear por campi, ou seja, não é equivalente, e no ano de 2018 esse orçamento foi de R\$ 2.000.000.000 com distribuição*

para os dez campiis”.

Dessa forma, com base no relatório de gestão de exercício apresentado pela UFCG no ano de 2012 constata-se que a partir desse período há um constante decréscimo orçamentário na educação superior, que vem afetando as estruturas do *campus* e os seus respectivos multicampiis, no tocante ao ensino, pesquisa e extensão, a exemplo do *campus* na cidade de Pombal-PB, como é ilustrado nas falas dos docentes e gestores abaixo:

Totalmente, em todos os três assim, no ensino, por exemplo, nos tivemos professores que se aposentaram e não conseguiu se contratar mais, porque não é disponibilizado o código de vaga, como também você tem dificuldade pra dá uma aula se você não tem equipamentos como computador, data show, e você quer comprar livros novos e não consegue. Pra pesquisa também que você não consegue equipar os laboratórios, a exemplo do orçamento de dois milhões que eu te falei e essa divisão não é linear pros campiis, mas se fosse dividir pros 10 centros daria 200 mil reais, o que não daria pra comprar um equipamento pra o laboratório. [...] e a extensão é a mesma coisa, você não consegue usar os equipamentos imagine o pessoal que usa o laboratório os reagentes, você não consegue usar nem pra sala de aula, como é que você vai trás do pessoal de fora pra fazer extensão dentro de um laboratório que não se tem equipamentos [...] (Entrevista 06).

Para realizar pesquisa com qualidade requer recursos, equipamentos de ponta e a gente não têm às vezes os equipamentos necessários para realizar pesquisas com a qualidade exigida. Então eu vejo que a restrição orçamentária ela está deixando a gente subutilizar, porque a gente poderia trabalhar mais e a gente não tá, porque a gente muitas vezes não tenha condições necessária de trabalho (Entrevista 04).

[...]. Com a redução do orçamento a gente acaba sendo impedidos de realizar algumas práticas nesses laboratórios, alguns estudos, pesquisas, e atividades, são prejudicadas com isso [...] (Entrevista 03).

Nesse sentido, os recursos advindos do REUNI para a interiorização e expansão em seu período de vigência se mostrou eficiente às universidades, que em meio ao grande sucateamento das instituições públicas, se tornou naquele momento um elemento essencial as reivindicações da comunidade universitária, que de acordo com Marques (2014) soaram como um “sopro de esperança” após um período de exclusivo incentivo ao ensino privado.

No entanto, esse andamento se expressa na atualidade em meio à dissociação do tripé de ensino-pesquisa-extensão, diante dos inúmeros cortes orçamentários, que leva muitas vezes apenas o cumprimento do ensino e conseqüentemente repercutindo na formação dos estudantes, conforme Vasconcelos (2010) afirma que para o desempenho de seu papel social, o estudante universitário precisa, igualmente, de material didático, equipamentos de

aprendizagem prática, de acesso à informação e a oportunidades de participação em eventos acadêmicos e culturais.

Conforme as reflexões tecidas e analisadas pelos (as) entrevistados (as) faz-se necessário evidenciar as ações e repercussões do REUNI e suas implicações nas instituições, o que se ressalta nas falas dos/as entrevistados/as ao serem questionados sobre os avanços e limites do REUNI na particularidade do sertão paraibano, precisamente na realidade do campus CCTA:

Avanço no acesso aos estudantes, e os limites que foi importante à expansão, só que agora também pós-expansão deveria ampliar os recursos para a manutenção e não reduzir dessa forma expandiu e em seguida começou reduzir pra manutenção (Entrevista 05).

Avanço: na contribuição das pesquisas a serviço da comunidade, através dos projetos de pesquisas e extensão, o desenvolvimento econômico pra cidade, a geração de emprego e renda também tanto pra professores, técnicos administrativos, os terceirizados que são 90% da cidade. [...]. As dificuldades mesmo esbaram nesses dois eixos: nos estudantes permanecerem, e ai ter políticas mais ampliadas de assistência estudantil, e nessa questão de ensino-aprendizagem ao método de ensino, metodologia, acho que ainda tem muito que se avançar nesse sentido. (Entrevista 08).

Olha os avanços alguns já comentei: a quantidade ou aumento da quantidade de pessoas com formação de ensino superior, a gente escuta muitos exemplos da zona rural querendo dizer “graças a deus meu filho se formou devido ao campus e pouco, se n fosse jamais ele teria se formado, esse avanço no que fere ao aumento da formação de recursos humanos em nível de terceiro grau. de forma geral, no desenvolvimento da região, e não só do município como da região e também melhoria da qualidade vida. Um dos limites à gente pode dizer que voltando mais uma vez a questão de infraestrutura física da universidade, por exemplo: o curso mais novo que temos é o curso engenharia civil, e devido à mudança na representação do poder público federal, mas especificamente da presidência da república que cessou basicamente 100% dos recursos que viam pra universidade [...] (Entrevista 02).

É notório que o REUNI, apesar das suas contradições entre os limites e possibilidades, trouxe para a realidade do sertão paraibano o acesso a uma educação de nível superior, não só para a cidade de Pombal, como também no alcance das cidades circunvizinhas e de outros estados, permitindo uma mudança de perfil das universidades do país.

Como já salientado no decorrer deste trabalho, as significativas contribuições da universidade ao meio econômico e social, é preciso destacar também as mudanças geopolíticas atreladas a essa dinâmica na região, com a intrínseca relação do âmbito técnico-científico ligado ao CCTA conjuntamente com o poder público municipal, a exemplo da

elaboração do plano municipal de saneamento da cidade que se desenvolveu com os alunos e professores do curso de engenharia ambiental na análise de todas as normativas, e impactos a cidade, bem como teve a participação do serviço social para subsidiar a comunidade por meio de informações acerca desse processo, tanto no âmbito da zona urbana como da zona rural.

Além disso, como fruto de diversas parcerias entre empresas e a prefeitura local na potencialização da geração de energias renováveis a sociedade e com aproveitamento ao clima da região nordeste, em particular o sertão paraibano foi instalada no campus uma usina fotovoltaica abastecendo o CCTA e tornando sustentável na geração de energia para seus diversos usos em atividades do mesmo, isso tudo sem deixar de ressaltar a importância significativa sendo a cidade destaque na região o que possibilita a população um maior conhecimento e investimentos nessa área, como também torna o *campus* centro de referência para pesquisas tanto para o meio acadêmico, e da mesma maneira o setor econômico privado e público.

No entanto faz se necessário evidenciar que esses avanços apenas se concentraram no período de vigência desse programa, e com os cortes orçamentários realizados nas políticas sociais pela intensificação da agenda neoliberal, os resultados desse plano repercutiu significativamente na articulação do ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, essas contradições que se apresentam às políticas educacionais está intrinsecamente relacionada às metamorfose a qual é instituída pela ordem vigente na manutenção de seu status quo em meio à difusão do conhecimento. Porém, a realidade apresentada às universidades em meio aos cortes orçamentários nas políticas públicas repercutem significativamente trazendo inúmeros rebatimentos a efetivação de um ensino público e de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição dos dados e discussões apresentadas neste trabalho desvelaram-se, à priori, a trajetória da educação superior no país e a sua intrínseca correlação diante das orientações dos organismos internacionais, e em particular a sua influência na política de educação, sobretudo na expansão e interiorização das universidades federais pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) nas particularidades do CCTA no sertão paraibano.

Esse processo em torno das universidades se intensifica nos anos 2000, pelo movimento de democratização da educação superior a qual está relacionado à dinâmica contrarreformista do projeto neoliberal a partir dos anos de 1990 pela necessidade do aumento formativo da força de trabalho aos ditames do mercado, que se apresentaram pelo acesso ao ensino pelo REUNI, PROUNI e FIES.

As políticas expansionistas universitárias, a qual o REUNI é uma das suas expressões na contemporaneidade, se consolidaram em meio aos avanços, limites e contradições apresentados no que concerne ao seu desenvolvimento e aos rebatimentos do tripé de educação superior.

Diante das análises empreendidas ao longo do trabalho e pelas falas dos sujeitos entrevistados, foi possível evidenciar que essa dinâmica do processo de democratização não estava apenas atrelada a perspectiva do direito, mas à massificação institucional pelo aumento das vagas a qual é preconizada pelo REUNI incidindo em uma formação acadêmica aligeirada, bem como na precarização e adoecimento do trabalho docente, haja vista que o intenso ingresso de estudantes não foi acompanhando pela ampliação aumento do corpo docente.

Outro ponto a ser destacado nesse contexto é que esse aumento do quantitativo de estudantes preconizados nas propostas do REUNI e da UFCG ocorreu sem planejamento e análise acerca da infraestrutura física e da conjuntura das universidades ao garantir o acesso e assegurar aos estudantes o tripé universitário, pois, apenas garantir o direito de acesso se torna insuficiente à permanência dos mesmos, haja vista que apenas viabilizar no período de vigência do programa, não garante menores índices de evasão desses posteriormente, considerando que as políticas de permanência no cenário neoliberal são parcas, focalistas e seletivos as demandas existentes.

Constata-se, que ao término do REUNI constrói-se um novo cenário as universidades

federais que passam a conviver com as contrarreformas das políticas educacionais com a redução orçamentária, que muitas vezes preconiza o ensino em detrimento da articulação da pesquisa e extensão, atuando em uma formação acadêmica fragilizada, tecnicista e acrítica, voltada apenas para sustentar a lógica de formação de força de trabalho, o que inviabiliza uma formação acadêmica de qualidade atrelada à construção de uma educação popular e de transformações sociais.

No entanto, apesar dos limites e contradições apresentados as interfaces desse programa nas universidades federais são de suma relevância destacar as contribuições e avanços a este processo de expansão e interiorização das instituições no país e em particular ao sertão paraibano pela abertura do acesso ao ensino à classe trabalhadora conforme foi ressaltado pelos (as) sujeitos (as) da pesquisa.

Concomitantemente, diversas contribuições apresentaram-se para o desenvolvimento do território pombalense atrelado ao avanço da pesquisa e extensão da instituição no que concernem as pesquisas de Estrutura da Vegetação em Remanescentes de Caatinga com Diferentes Histórico de Perturbação na Região de Pombal – PB; Tratamento Biológico de Sementes de Algodoeiro: Controle do Tombamento de Plântulas, entre outros. Além disso, os projetos e a extensão atuam junto à população local na esfera da educação como ferramenta de conscientização ambiental e geração de renda. Aqui se destaca a capacitação de pequenos produtores da zona rural da região para produção qualificada de polpa de frutas na perspectiva de desenvolvimento local.

Desse modo, o desfecho da pesquisa reconhece o progresso vinculado à expansão e interiorização das universidades federais no âmbito brasileiro ao desenvolvimento da educação superior no país e as demais esferas da sociedade. Todavia, também se apresenta à essa dinâmica a estreita lógica ligada do sistema educacional na legitimação dos valores e interesses da classe dominante na reprodução de uma educação formal pela internalização da lógica do modo de produção capitalista, sendo necessário o rompimento dessa “contrainternalização” na concepção da incorporação educacional ampla e popular.

Nessas circunstâncias, é essencial que se tenham produções acadêmicas as quais possam refletir sobre qual direcionamento estão formando jovens apenas para atender as qualificações do mercado de trabalho diante do atual papel da universidade como “lócus” de negócios do capital na educação superior ou uma formação de seres humanos críticos e atuantes comprometidos na transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGAPITO, A. P. F. **Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade**. *Temporalis*, v. 16, n. 32, p. 123-140, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/14064/pdf>>. Acesso em: 9 de Julho de 2018.
- ANDES. “**Universidade Nova: a Face Oculta da Contra-reforma Universitária**“. Brasília, março de 2007. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-3292463.pdf>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2018.
- ANDERSON, P. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, L. B. P. **Percursos metodológicos**. Books. scielo.org. 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-05.pdf>>. Acesso em 17 de julho de 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital**. Pág. 138- 152. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BANCO MUNDIAL. **A educação na América Latina e Caribe**. 1999. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 11 de Setembro de 2018.
- BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria**. 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/TERTIARYEDUCATION/Resources/Documents/Constructing-Knowledge-Societies/C_KS-spanish.pdf> Acesso em: 14 de Setembro de 2018.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior - Las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1994. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 03 de setembro de 2018.
- BANCO MUNDIAL. **Resumen del informe sobre el desarrollo mundial 1997 : el Estado en un mundo en transformación**. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/701691468153541519/pdf/173000WDR0SPANISH0Box128708B00PUBLIC0.pdf>> Acesso em: 18 de Setembro de 2018.
- BARROS, A. da S. X. **Expansão da educação superior no Brasil: Limites e possibilidades**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-003_61.pdf>. Acesso em: 9 de julho de 2018.
- BEHRING, E. R. **Política Social : fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social ; v. 2).
- BOLETIM INFORMATIVO DO ANDES-SN. **InformANDES**, Brasília, nº82, 2018.
- BORGES, C. C. A.; LUCENA, C. A.. **Expansão do ensino superior no governo FHC e os**

cursos de administração de empresas. Idea, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://esamc.uberlandia.com.br/revistaidea/index.php/idea/article/view/87/65>>. Acesso em 09 de Julho de 2018.

BORGES, M. C.; AQUINO, F. O. **Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni:** avanços e controvérsias. Revista Educação: Teoria e Prática, n. 39, 2012.

BOSCHETTI, I. S. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22645/1/ARTIGOExpressoesConservadorismoFormacao.pdf>> Acesso em: 15 de novembro de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.662, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, e 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf7> Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, 9 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm> Acesso em: 14 de Julho de 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 18 de maio 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil–PNAES, 2010. **Diário Oficial da União**, 2010.

BRASIL. Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

BRASIL. **LEI Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2018.

BRASIL/MEC. **LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid>

[=3 01 92>](#). Acesso em: 15 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual (2004-2007):** orientação estratégica de governo um país para todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social. Brasília, 2004.

BRASIL. MEC. **Plano de desenvolvimento Educacional – PDE.** <http://simec.mec.gov.br> _____ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRITO, L. C. **A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial.** Espaço e Economia [Online], 4 | 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/802>>. Acesso em: 21 de Novembro de 2018.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de & DOURADO, L. F. **Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil.** 2001.

CISLAGHI, J. F. **Análise do Reuni: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira.** 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós- Graduação, Faculdade, de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. **A educação superior no Brasil:** os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. Revista Educação em Questão, v. 51, n. 37, p. 95-120, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7173/5299>> Acesso em: 20 de Agosto de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução nº 196/96** sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Bioética, v. 4, n. s2, 1996. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res04661212_2012.html> Acesso em: 20 de julho de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, n. 98, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 20 de Julho de 2018.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro, F. Alves, 1978.

DEL-MASSO, M. C. S.; COTTA, M. A. de C.; SANTOS, M. A. P. **Ética em Pesquisa Científica:** conceitos e finalidades. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unespnead_reei1_ei_d04_texto2.pdf> Acesso em 18 de julho de 2018.

DE SERVIÇO SOCIAL, CFESS- Conselho Federal. Subssídios para atuação de Assistentes sociais na política de educação. **Brasília, DF: CFESS/CRESS,** 2011.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado:** sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?. - São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FERREIRA, Suely. **Reformas na educação superior**: novas regulações para a reconfiguração da universidade. Educação Unisinos, v. 19, n. 1, p. 122-131, 2015.

FORGRAD – Fórum de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras - PNG – Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção. ForGRAD, 2000. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf> > Acesso em: 09 de Outubro de 2018.

GRUPO EXECUTIVO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR. **Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior**. Brasília, 2004. Disponível em: < <http://www.sintunesp.org.br/refuniv/MEC%2002-08-04.htm> >. Acesso em: 31 de Outubro de 2018.

IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serv. soc. soc, n. 129, p. 285-303, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf> >. Acesso em: 18 de Setembro de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Evolução do Ensino Superior: 1980-1998 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. – Brasília: O instituto, 1999.

KOWALSKI, A. V. **Os (Des) Caminhos Da Política De Assistência Estudantil e o Desafio Na Garantia De Direitos**. Porto Alegre. PUCRS, 2012. (Tese de doutorado) 180 f. Disponível em: < <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/000438212-Texto+Completo-0.pdf> > Acesso em: 09 de Novembro de 2018.

LIMA, C. G. de. **Transformações nas Universidades Públicas no Capitalismo Periférico**. In: Cláudia Gonçalves de Lima; Francisca Maurilene do Carmo; Jackeline Rabelo; Sandra Cordeiro Felismino. (Org). **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. 1ed. Fortaleza: **Imprensa Universitária**, 2006, v. 1, p. 243-260.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N. de.; CATANI, A. M. **O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 13, p. 7-37, 2008.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues et al. **A reforma do Estado e da educação no governo Fernando Henrique Cardoso**: o ENEM como mecanismo de consolidação da reforma. 2005.

LIMA, P. G. **Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI**: alguns cenários e leituras. Avaliação: revista da avaliação da educação superior, v. 18, n. 1, 2013.

LÖWY, M. **Da tragédia à farsa : o golpe de 2016 no Brasil**. IN: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016

MARCONI, M de A.. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. Ed. – 7. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2013.

MARIZ, T. F. **REUNI**: para onde caminha a universidade? Campina Grande-PB, 2007.

Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/artigo_thompson.pdf> Acesso em: 19 de novembro de 2018.

MARQUES, S. R. **O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL/ PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).** 2014. (Dissertação de Mestrado acadêmico) – João Pessoa: UFPB, 2014.

MARTONI, V. B. M. “**Expansão para quem?**”: uma análise dos objetivos do reuni e das diretrizes para a educação do banco mundial. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 2, n. 2, p. 211-234, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro um: o processo de produção do capital.** Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital.** São Paulo, Boitempo, 2009

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 9-58.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, v. 2012, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil no pós- 64.** 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Metas do Milênio: Objetivos de Desenvolvimento.** Brasília: Ipea, 2003. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metas_desenvolvimento_milenio.pdf>. Acesso em: 18 de Setembro de 2018.

PIANA, M. C. **A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>> Acesso em 14 de Outubro de 2018.

REICHMANN, Tinka; AVILA VASCONCELOS, Beatriz “**Seu Dotô**” / **Herr Doktor:** aspectos históricos e linguísticos do tratamento de Doutor e as conseqüências para a tradução *Pandaemonium Germanicum*. *Revista de Estudos Germanísticos*, núm. 13, 2009, pp. 146 -170 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil.

REUNI. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais.** 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 18 de maio 2018.

SILVA, E. C. Da.; LENARDÃO, E. **Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo.** 2014. Disponível em: <:http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoriado_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalismo.pdf> Acesso em: 14 de Setembro de 2018.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**; tradução de Ricardo Rosenbusch.- Petrópolis, RJ:Vozes, 2004, p. 39-60.

SOUZA, C. D. de.; FILIPPO, D. de.; SANZ CASADO, Elías. **Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na atividade investigativa**: crescimento, qualidade e internacionalização. Em *Questão*, v. 21, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/58527/36056>>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

SOUZA LIMA, K R. de. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. *Revista Katálysis*, v. 14, n. 1, p. 86-94, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100010> Acesso em: 19 de Setembro de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Universidade Nova: Plano de Expansão e Reestruturação da Arquitetura Curricular na Universidade Federal da Bahia**. Documento Preliminar. Campinas, Mimeo, 2007. Disponível em: https://twiki.ufba.br/twiki/pub/UniversidadeNova/WebHome/UFBA_REUNI_TERMO_REFERENCIA.doc. Acesso em: 10 de Outubro de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Proposta da UFCG ao REUNI**. Campina Grande, 2007. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prtufcg/reuni/proposta_reuni.pdf>. Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

VASCONCELOS, N. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/11361/6598>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

VIEIRA NUNES, Ione Cristina; SILVA BRAGA, Lucelma. **A reforma da Educação Superior no Brasil**: da herança neoliberal de FHC ao legado de Lula. *Revista Desafios*, v. 3, n. 1, p. 68-79, 2016.

APÊNDICE A – ENTREVISTA DOS DOCENTES

DADOS DA ENTREVISTA

DATA: ___/___/___

HORÁRIO:

1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Identificação pessoal

Sexo: Masculino Feminino

Faixa Etária: entre 40 e 50 anos acima de 50 anos

Profissão: Técnico Administrativo Gestão do CCTA: atual ou passada
 Docentes

Tempo de serviço na instituição:

2 DO OBJETO DE PESQUISA

- 1- Como você avalia, o processo de expansão e interiorização das instituições de ensino superior pública no Brasil?
- 2- Como você avalia a chegada da Universidade Federal de Campina Grande em Pombal?
- 3- Quais as principais transformações que o CCTA trouxe para a cidade?
- 4- Qual a sua avaliação a respeito das ações do Governo Federal no ano de 2007 por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI para a criação/expansão das universidades?
 Bom Ruim Regular

Justifique _____

- 5- No contexto de expansão da educação brasileira, quais avanços e limites do REUNI na particularidade do CCTA?
- 6- Como você avalia o financiamento da educação superior diante das verbas distintas à instituição, haja vista, o decréscimo orçamentário a partir de 2014, e que vem se intensificando no contexto atual com rebatimentos no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão?

- 7- Qual a sua concepção de análise do REUNI a partir da expansão do acesso ao ensino superior e a sua reestruturação acadêmica em particular no aprofundamento da intensificação do trabalho docente (professor/alunos) no aumento do número de alunos em cada sala, e das atividades acadêmicas no ensino de graduação?

- 8- Qual a sua concepção sobre as reformas educacionais no Brasil intensificada nos na década de 1990 principalmente por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, com as modificações de organização e gestão das instituições no CCTA?

- 9- Diante dessas reformas, a autonomia universitária de certa maneira sofreu alterações nesse novo cenário. Como você compreende os impactos desse movimento na formação acadêmica?

- 10- Qual a sua avaliação a cerca da articulação entre ensino, pesquisa e extensão a partir do REUNI no CCTA?

APÊNDICE B – ENTREVISTA DA DIREÇÃO

DADOS DA ENTREVISTA

DATA: __/__/__

HORÁRIO:

1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Identificação pessoal

Sexo: Masculino Feminino

Faixa Etária: entre 40 e 50 anos acima de 50 anos

Profissão: Técnico Administrativo Gestão do CCTA: atual ou passada
 Docentes

Tempo de serviço na instituição:

2 DO OBJETO DE PESQUISA

- 1- Como você avalia, o processo de expansão e interiorização das instituições de ensino superior públicas no Brasil?
- 2- Como você avalia a chegada da Universidade Federal de Campina Grande em Pombal?
- 3- Quais as principais transformações que o CCTA trouxe para a cidade?
- 4- Qual a sua avaliação a respeito das ações do Governo Federal no ano de 2007 por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI para a criação/expansão das universidades?
 Bom Ruim Regular

Justifique

- 5- No contexto de expansão da educação brasileira, quais avanços e limites do REUNI se particulariza na realidade do CCTA?
- 6- Como você avalia o financiamento da educação superior diante das verbas distintas à instituição, haja vista, o decréscimo orçamentário a partir de 2014, e que vem se

intensificando no contexto atual com rebatimentos no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão?

- 7- Diante desse cenário de cortes de verbas na educação em particular no ensino superior, como você avalia a gestão das metas e exigências institucionais com a adesão do Programa de Apoio os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI e os seus impactos na atualidade?
- 8- A sustentabilidade financeira da UFCG depende da sua expansão quantitativa e da melhoria dos seus indicadores de eficiência e eficácia em grau, que deve ser, no mínimo, igual à média do sistema federal de ensino superior, como você examina esse processo orçamentário pode ter interferido e contribuído para a deterioração da qualidade de ensino?
- 9- Como você compreende a relação da educação e o desenvolvimento econômico nos países periféricos no qual a instituição de ensino superior desempenha variadas funções sociais, sendo uma delas a sua contribuição para aumentar a produtividade do trabalho e produzir maior crescimento econômico para a alívio da pobreza?
- 10- A cerca da expansão do REUNI no âmbito federal de que maneira você analisa a intrínseca relação entre permanência e acesso dos estudantes diante dos recursos destinados a educação superior?

APÊNDICE C – ENTREVISTA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

DADOS DA ENTREVISTA

DATA: ___/___/___

HORÁRIO:

1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Identificação pessoal

Sexo: Masculino Feminino

Faixa Etária: entre 40 e 50 anos acima de 50 anos

Profissão: Técnico Administrativo Gestão do CCTA: atual ou passada
 Docentes

Tempo de serviço na instituição:

2 DO OBJETO DE PESQUISA

- 1- Como você avalia, o processo de expansão e interiorização das instituições de ensino superior públicas no Brasil?
- 2- Como você avalia a chegada da Universidade Federal de Campina Grande em Pombal?
- 3- Quais as principais transformações que o CCTA trouxe para a cidade?
- 4- Qual a sua avaliação a respeito das ações do Governo Federal no ano de 2007 por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI para a criação/expansão das universidades?
 Bom Ruim Regular

Justifique _____

- 5- No contexto de expansão da educação brasileira, quais avanços e limites do REUNI se particulariza na realidade do CCTA?
- 6- Em relação à falta do financiamento da educação superior, diante do decréscimo orçamentário destinado a instituição a partir de 2014, e que vem se intensificando no contexto atual quais os rebatimentos para a universidade?

- 7- Diante desse cenário de cortes de verbas na educação em particular no ensino superior, como você avalia a gestão das metas e exigências institucionais com a adesão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI e os seus impactos na atualidade?
- 8- A sustentabilidade financeira da UFCG depende da sua expansão quantitativa e da melhoria dos seus indicadores de eficiência e eficácia em grau, que deve ser, no mínimo, igual à média do sistema federal de ensino superior, como você examina esse processo orçamentário pode ter interferido e contribuído para a deterioração da qualidade de ensino?
- 9- Como você compreende a relação da educação e o desenvolvimento econômico nos países periféricos no qual a instituição de ensino superior desempenha variadas funções sociais, sendo uma delas a sua contribuição para aumentar a produtividade do trabalho e produzir maior crescimento econômico para o alívio da pobreza?
- 10- A cerca da expansão do REUNI no âmbito federal de que maneira você analisa a intrínseca relação entre permanência e acesso dos estudantes aos recursos da educação superior?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Senhor (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “Uma análise dos avanços e limites do REUNI na educação superior no sertão paraibano”, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Michelle Da Silva Sousa, que reside no endereço da Rua Domingos de Medeiros nº497, no CEP: 58.840-000 na cidade de Pombal-PB Telefone de contato: (83) 99814-7248 e-mail: michellesilvasousa20@gmail.com. E está sob a orientação da Prof. (a) Suamy Rafaely Soares, Telefone: (83) 99669-5042, e-mail: suamy_soares@hotmail.com

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A presente pesquisa tem como objetivo geral “Analisar os limites e avanços do plano de reestruturação e expansão das universidades federais–REUNI na educação superior a partir da experiência de estágio obrigatório no campi UFCG-Pombal ”, tendo bem como objetivos secundários refletir a influência dos organismos internacionais para elaboração e efetivação do REUNI; analisar o processo de interiorização das universidades públicas na particularidade do sertão paraibano e analisar como o programa impacta no tripé de ensino, pesquisa e extensão na realidade do CCTA/Pombal.

Sendo esta pesquisa de cunho qualitativo documental e de campo que se realiza por meio de uma entrevista semi-estruturada apresenta riscos pertinentes a amostra que perpassa a possibilidade de constrangimento ao responder a entrevista; desconforto; estresse; cansaço ao responder as perguntas; e medo em relação a quebra de sigilo e de anonimato. No entanto, os benefícios provenientes da pesquisa contribuem aos indivíduos participantes e a sociedade proveitos indiretos por meio da geração de conhecimento acerca do problema a ser estudado, permitindo a instituição, a sociedade e a comunidade acadêmica análises voltadas a essa temática.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa serão entrevistas gravadas a partir da anuência do entrevistado, ficarão armazenados em pasta de computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “Uma análise dos avanços e limites do REUNI na educação superior no sertão paraibano”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Impressão
digital
(opcional)

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

ANEXOS A – LISTA DOS DOCUMENTOS

- 1.** Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria.
- 2.** La Educación en América Latina y el Caribe;
- 3.** La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia;
- 4.** Metas de Desenvolvimento do Milênio (2003);
- 5.** Relatório do Banco mundial sobre o Desenvolvimento Mundial em 1997.

ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Uma análise dos avanços e limites do REUNI na particularidade do sertão paraibano

Pesquisador responsável: Michelle da Silva Sousa

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Ciências Jurídicas e Sociais-CCJS

Telefone para contato: (83) 99814-7248

E-mail: michellesilvasousa20@gmail.com

O pesquisador do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco – CEP/UFPE e que os dados coletados serão armazenados pelo período mínimo de 5 anos após o término da pesquisa;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final da pesquisa;

Sousa, de de 2018

Assinatura Pesquisador Responsável

ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA



Universidade Federal
de Campina Grande



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) Michelle Da Silva Sousa, a desenvolver o seu projeto de pesquisa “Uma análise dos avanços e limites do REUNI na particularidade do sertão paraibano”, que está sob a coordenação/orientação do (a) Prof. (a) Suamy Rafaely Soares cujo objetivo é coletar dados para o Trabalho de Conclusão de Curso para analisar os limites e avanços do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais–REUNI na educação superior a partir da experiência do campi, na Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar/CCTA-Pombal.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Pombal, em ____/____/____

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada